



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**NÍVEA PACHECO NEVES**

**A POLÍTICA EXTERNA DE JAIR BOLSONARO PARA A QUESTÃO  
AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COGNITIVA (2019-2022)**

**JOÃO PESSOA  
2023**

NÍVEA PACHECO NEVES

**A POLÍTICA EXTERNA DE JAIR BOLSONARO PARA A QUESTÃO  
AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COGNITIVA (2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Análise de Política Externa, Política externa brasileira.

**Orientadora:** Prof. Ma. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena

**JOÃO PESSOA  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N518p Neves, Nivea Pacheco.

A política externa de Jair Bolsonaro para a questão ambiental [manuscrito] : uma análise cognitiva (2019-2022) / Nivea Pacheco Neves. - 2023.

51 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Política externa. 2. Perspectiva cognitiva. 3. Jair Bolsonaro. 4. Amazônia. I. Título

21. ed. CDD 327.81

NIVEA PACHECO NEVES

**A POLÍTICA EXTERNA DE JAIR BOLSONARO PARA A QUESTÃO  
AMBIENTAL: uma análise cognitiva (2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 26/06 / 2023 .

**BANCA EXAMINADORA**



Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Cristina Carvalho Pacheco  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Elze Camila Ferreira Rodrigues  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família pela dedicação e amor. Aos meus amigos e ex-colegas de trabalho pelo companheirismo e amizade. Aos professores que tive ao longo da vida pelos ensinamentos. Aos funcionários do campus pelo suporte, DEDICO.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Amazônia Legal.....	19
Figura 2 –	Emissão de gases 1990-2020.....	23
Figura 3 –	A relação entre conjunto de crenças e processo decisório.....	33
Figura 4 –	Negacionismo climático e a direita populista.....	35

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases da extrema-direita.....	12
Quadro 2 – O populismo de Bolsonaro em categorias binárias.....	14
Quadro 3 – “Nós” e “Eles” segundo a visão de Bolsonaro.....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AMUE	Associação Mercosul-EU
APE	Análise de Política Externa
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAN	Rede Internacional de Ação Climática
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI	Confederação Nacional Da Indústria
CNAL	Conselho Nacional da Amazônia Legal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PSL	Partido Social Liberal
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações não governamentais
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
STF	Supremo Tribunal Federal
UC	Unidade de conservação
UE	União Europeia
WWF	World Wide Fund For Nature



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>A PERSPECTIVA COGNITIVA DE APE.....</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>A POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022) .....</b>	<b>10</b>
<b>3.1</b>	<b>Bolsonaro, extrema-direita e meio ambiente .....</b>	<b>10</b>
<b>3.2</b>	<b>O início do desmonte: o Ministério do Meio Ambiente e órgãos vinculados .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>A AGENDA MULTILATERAL DO MEIO AMBIENTE NO GOVERNO BOLSONARO .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1</b>	<b>COP 25, 26, 27 .....</b>	<b>20</b>
<i>4.1.1</i>	<i>COP 25 .....</i>	<i>21</i>
<i>4.1.2</i>	<i>COP 26 .....</i>	<i>22</i>
<i>4.1.3</i>	<i>COP 27 .....</i>	<i>24</i>
<b>4.2</b>	<b>Assembleia Geral da ONU e desinformação .....</b>	<b>25</b>
<b>4.3</b>	<b>Acordo Mercosul-UE .....</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE .....</b>	<b>32</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

# **A POLÍTICA EXTERNA DE JAIR BOLSONARO PARA A QUESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COGNITIVA (2019-2022)**

## **JAIR BOLSONARO FOREIGN POLICY FOR ENVIROMENT: A COGNITIVE ANALYSIS (2019-2022)**

Nívea Pacheco Neves\*

### **RESUMO**

A preservação da floresta amazônica enfrentou desafios com as mudanças realizadas nos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente durante de governo Jair Bolsonaro (2019-2022), apresentando aumento nos índices de desmatamento. O presente trabalho tem como objetivo analisar como a política ambiental adotada pelo governo Bolsonaro afetou a agenda multilateral do Brasil e as relações com a União Europeia nos campos político e comercial em face da preservação da Amazônia. A análise se baseia em notícias, reportagens e discursos feitos pelo ex-Presidente em espaços multilaterais, como a Conferência das Partes e a Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, será tratado os seus posicionamentos referentes à paralisação do Acordo Mercosul-UE, tendo como causa o cenário ambiental do Brasil. Para fundamentação teórico da análise, foi utilizada a perspectiva cognitiva de Análise de Política Externa, buscando compreender as crenças e percepções do ex-Presidente e as suas contribuições para o desmonte da agenda ambiental do governo e como elas influenciaram seus posicionamentos e decisões tomadas nesse contexto.

**Palavras-Chave:** Amazônia; Jair Bolsonaro; política externa; perspectiva cognitiva.

### **ABSTRACT**

The preservation of the Amazon Forest has faced challenges with the changes made in the agencies linked to the Ministry of the Environment during Jair Bolsonaro's government (2019-2022), with an increase in deforestation rates. This paper aims to analyze how the environmental policy adopted by the Bolsonaro government has affected Brazil's multilateral agenda and relations with the European Union in the political and commercial fields considering the preservation of the Amazon. The analysis is based on news, reports and speeches made by the former President in multilateral spaces, such as the Conference of the Parties and the United Nations General Assembly. In addition, it will address his positions regarding the paralysis of the Mercosur-EU Agreement, having as its cause Brazil's environmental scenario. For the theoretical foundation of the analysis, the cognitive perspective of Foreign Policy Analysis was used, seeking to understand the beliefs and perceptions of the former President and his contributions to the dismantling of the government's environmental agenda and how they influenced his positions and decisions made in this context.

**Keywords:** Amazon; Jair Bolsonaro; foreign policy; cognitive perspective.

---

\* Bacharelada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde que Jair Messias Bolsonaro foi eleito Presidente, em 2018, para governar o país nos quatro anos posteriores, o Brasil passou por uma série de mudanças em sua política externa para se adequar às bases ideológicas do novo governo, como direitos humanos, economia, educação, segurança e meio ambiente (HOFFMANN, 2022; RODRIGUES; SILVA, 2021). A questão da preservação ambiental da floresta amazônica despertou a atenção do governo devido à repercussão da agenda ambiental adotada por Bolsonaro e as taxas crescentes de desmatamento publicadas por institutos de monitoramento do bioma durante o seu mandato de 2019-2022 (DW, 2023; ROSCOE, 2021; SANTANDREU, 2019).

A política externa do Brasil para o meio ambiente foi afetada pelos posicionamentos contrários à temática, o negacionismo científico e a orientação ideológica adotada por Jair Bolsonaro, que tiveram influência no rumo tomado pelo Brasil em questão de preservação da Amazônia tanto no âmbito externo quanto doméstico, pelas crenças e percepções criadas no ambiente cognitivo do ex-chefe de governo (SIMÕES, 2022; FORCHTNER, 2019).

Diante desse cenário, o ex-Presidente da República passou a adotar posicionamentos enérgicos em relação à preservação da Amazônia, demonstrando em discursos feitos em espaços multilaterais, como na Conferência das Partes (COP) e nas cerimônias de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Ademais, o Brasil e a União Europeia (UE) tiveram suas relações estremecidas com a paralisação do Acordo de Associação Mercosul-UE (AMUE) pelo desrespeito às pautas ambientais por parte do primeiro e o mal-estar entre o Brasil e a França e a Alemanha, lideradas pelo Presidente Emmanuel Macron (2017-) e a ex-Chanceler Angela Merkel (2005-2021), respectivamente (CARTA CAPITAL, 2022c; CIPRIANI, 2019; NEGRÃO, 2019).

Sendo assim, o presente trabalho visa explicar a postura de Jair Messias Bolsonaro para com o meio ambiente, especificamente com o desmatamento da floresta amazônica, através da perspectiva cognitiva de Análise de Política Externa (APE), tendo em vista o papel das crenças, e percepções na política ambiental adotada por Bolsonaro. Como materiais, foram utilizadas notícias e reportagens de veículos de comunicação, artigos e livros relacionados aos principais acontecimentos do desmatamento da Amazônia, como dados, discursos em espaços multilaterais e a relação do Brasil com a Alemanha e a França em face do AMUE, além das bases teóricas perspectiva cognitiva e textos acadêmicos sobre a extrema-direita.

O artigo está dividido em quatro partes, sendo a primeira relativa às principais características e autores/obras da abordagem cognitiva; na segunda parte, faz um breve histórico

da extrema-direita, para demonstrar como esse espectro ideológico lida com a questão ambiental e por que o ex-Presidente é considerado como um político da extrema-direita populista; além disso, descreve o desmonte da agenda ambiental do governo no âmbito doméstico, com o esvaziamento dos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A terceira parte aborda a presença brasileira e discursos de Bolsonaro na COP 25, 26 e 27; na cerimônia de abertura da 74, 75, 76, 77 da AGNU; e, por último, um resumo do histórico do AMUE, a política ambiental da UE e as tensões entre o Bolsonaro e o bloco europeu, dando ênfase a França e Alemanha. Finalmente, a última parte analisa os posicionamentos e a postura do 38º Presidente do país em termos ambientais por meio da perspectiva cognitiva de Análise de Política Externa.

## **2. A PERSPECTIVA COGNITIVA DE APE**

A perspectiva cognitiva de análise de política externa teve seu pontapé inicial nos primeiros estudos paradigmáticos do subcampo com as contribuições de Snyder, Bruck e Sapin (1954) e dos Sprout (1956), quando fizeram seus contrapontos em relação à visão do realismo clássico. A corrente clássica da teoria realista de Relações Internacionais tem sua visão de política externa voltada exclusivamente ao Estado, entendido como ator maximizador de suas próprias preferências e como um ator racional. Diante disso, os autores cognitivistas passam a compreender a política externa a partir dos indivíduos responsáveis pelo processo de tomada de decisão, levando em conta a psicologia, os valores, as crenças, as percepções, a história de vida e os aspectos socioculturais dos tomadores de decisão (HERZ, 1994).

Snyder, Bruck e Sapin (1954) já apontavam a relevância de examinar os fatores cognitivos para entender o conteúdo das decisões e como os envolvidos percebiam a situação em que estavam inseridos. Em seguida, Margaret e Harald Sprout (1956) sistematizaram o pensamento cognitivista destacando o psicológico dos tomadores de decisão como forma de entender estratégias, decisões e intenções. Outros autores seguiram a linha de pensamento cognitivista, como Robert Jervis. Na obra *Perception and Misperception in International Politics* (1976), o autor discorre sobre a capacidade dos tomadores de decisão em aprender com experiências passadas de política externa, além de trabalhar as percepções que os atores têm sobre uns ao outros, sendo elas falsas ou equivocadas (GONÇALVES; PINHEIRO, 2020, p. 171- 175).

Ole Holsti, e sua pesquisa *Cognitive Dynamics and Images of the Enemy: Dulles and Russia* (1967), teve papel importante para a abordagem cognitiva apontando a concepção de inimigo e como essa imagem pode causar comportamentos e reações, fazendo com que atores não percebam mudanças de ação e comportamento do inimigo ou uma visão mais ampla da situação, explicando conflitos ocorridos ao longo da história (GONÇALVES; PINHEIRO, 2020, p. 175-177). O estudo de Alexander George, intitulado *The Operational Code: A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making* (1968), desenvolve o conceito de códigos operacionais, isto é, as crenças de um líder em relação à natureza da política e dos conflitos políticos, a estratégias e táticas, ao inimigo ou ao futuro, levando o ator agir de determinado modo perante seus opositores (GONÇALVES; PINHEIRO, 2020, p. 171; FERREIRA, 2020, p. 141).

Por fim, a psicóloga política Margaret Hermann (2003) acompanhou a trajetória de chefes de Estado e líderes políticos, realizando um estudo sobre a personalidade dessas figuras. Baseada em suas pesquisas, foi capaz de elencar sete variáveis que abrangem aspectos da personalidade do ator, desde a confiança em controlar eventos até a descrença nos outros. Graças a suas pesquisas, a psicóloga chegou em oito tipos de personalidades de lideranças políticas responsáveis pela política externa: expansionista, evangelístico, incremental, carismático, diretiva, consultiva, acomodativa e reativo (FERREIRA, 2020, p. 150-2).

### **3. POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022)**

Esta seção tratará, primeiramente, sobre a relação entre o ex-Presidente e a extrema-direita, e como esse espectro político se posiciona diante de pautas ambientais. Em seguida, será apresentado o contexto ambiental vivido pelo Brasil durante os quatro anos do governo Bolsonaro, sendo evidenciado o esvaziamento dos órgãos responsáveis pela preservação da floresta amazônica e seus efeitos no desmatamento do bioma.

#### **3.1 Bolsonaro, extrema-direita e meio ambiente**

Nos últimos anos, a política internacional vem vislumbrando a ascensão da extrema-direita. Em diversas partes do mundo, em especial na Europa e em países do continente

americano, líderes políticos como Marine Le Pen<sup>1</sup> e Donald Trump (2017-2021), ex-Presidente dos Estados Unidos, têm ganhado os holofotes (NARCIZO, 2021). Para entender do que se trata esse espectro político, o histórico e características, é necessário recorrer ao cientista político Cas Mudde (2019), cujos estudos se concentram no extremismo político e no populismo na Europa e nos Estados Unidos.

Mudde (2019) elenca quatro fases desse espectro ideológico, começando pelo período pós-segunda guerra mundial até o presente. A primeira onda (1945-1955) enfrentou um período de enfraquecimento ideológico e de sua força política, tendo como causa os horrores causados pelo nazismo e fascismo na Europa, passando a ser um movimento percebido de maneira negativa aos olhos da comunidade internacional (MUDDE, 2019, p. 13).

A segunda onda (1955-1980), denominada de direita populista, é representada pela criação de partidos e de políticos de direita populista impulsionados por antigas lideranças fascistas, cujas revoltas se davam pela marginalização das periferias rurais e do desenvolvimento do Estado de bem-estar social. Alguns partidos que surgiram ao longo das décadas combinavam ideais da antiga extrema-direita e da direita radical, ou seja, não eram explicitamente antidemocráticos, mas possuíam discursos racistas e xenofóbicos, como os slogans da Frente Nacional Britânica *Stop Immigration* e *Make Britain Great Again* na década de 1970 (MUDDE, 2019, p. 14)

Para Mudde (2019), a direita radical (1980-1990) foi a primeira onda significativa para a extrema-direita na Europa na década de 1980, ganhando força e popularidade na década seguinte, motivada pelo desemprego e pela imigração. Partidos da direita radical começaram a adentrar os parlamentos nacionais com posicionamentos contra as elites europeias, os imigrantes e as minorias. Além disso, a direita radical tomou para si contornos populistas, se autodeclarando como porta-voz do povo (MUDDE, 2019, p. 15).

A quarta onda está vigente desde 2000 e está simbolizada nas crises enfrentadas no século XXI: os ataques terroristas que se seguiram a partir do 11/09, a crise econômica de 2008 e a crise de refugiados de 2015. Crises que, segundo o autor, abalaram as democracias ocidentais e o *status quo* da política internacional e nacional, abrindo portas para o avanço da extrema-direita e sua popularidade na política. A direita radical tem conseguido com que suas

---

<sup>1</sup> Marion Anne Le Pen é uma advogada e membro da Assembleia Constituinte da França, conhecida por ter disputado as eleições presidenciais de 2011, 2018 e 2021. Além disso, é líder do partido Frente Nacional (atualmente nomeado como *Rassemblement National*), fundado na década de 1970 por seu pai, Jean- Marie Le Pen, de orientação ultranacionalista. A ex-candidata à presidência se tornou o rosto da extrema-direita na França. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/marine-le-pen-a-extrema-direita-repaginada/a-61550304>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

pautas sejam debatidas em círculos *mainstream*, suas políticas adotadas e coalizões políticas feitas com partidos de direita e, em alguns casos, de esquerda (MUDDE, 2019, p.16).

**Quadro 1 - Fases da extrema-direita**

<b>Fases da extrema-direita</b>	<b>Características</b>
Neofacismo 1945-1955	Rejeição política
Populismo de direita 1955- 1980	Oposição às elites do pós- Segunda Guerra Mundial
Direita radical 1980- 2000	Presença expressivas nos parlamentos nacionais
Onda atual 2000-	Crises e ideologia <i>mainstream</i>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Mudde (2019).

A extrema-direita tem suas raízes ideológicas no fascismo, que foca na figura central de um líder encarregado de controlar o Estado por meio de um regime totalitário (NARCIZO, 2021). Além disso, apresentam, em suas pautas, aversão ao comunismo, às minorias e aos imigrantes, sob a alegação que estes são problemas decorrentes do processo de globalização, por sua vez, ameaça a nação.

Há temas recorrentes debatidos nas quatro ondas que são imigração, segurança, corrupção e política externa. Os dois primeiros partem de uma narrativa nacionalista e xenofóbica, em que a imigração exerce um papel importante na ameaça ao Estado homogêneo e aos seus habitantes nativos, sendo responsabilizados pelos problemas de segurança, como a violência e a criminalidade (MUDDE, 2019, p. 21).

A corrupção, segundo o fenômeno, é causada pelas elites econômicas que roubam do povo e das elites políticas que são colocadas como sendo de “esquerda” e por disseminar “ideias pós-modernistas” e do “marxismo cultural”. A política externa é tida como um jogo de soma zero e seus líderes/partidos hostis a organizações supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) (MUDDE, 2019, p. 22-23).

A extrema-direita não tem feito parte apenas da política europeia e estadunidense. O Brasil também, em um cenário de onda azul<sup>2</sup> na América Latina, em meio a crises econômicas,

<sup>2</sup> O termo se refere ao contexto marcado por crises políticas na América Latina, associadas a fragilidades sociais e econômicas dos países sul-americanos. Além disso, é destaque o movimento de ascensão da direita nos países que compunham a Unasul, a opção pelo regionalismo aberto, agenda neoliberal e a baixa institucionalização regional. Ler: RODRIGUES, B. S.; VIEGAS, W. A. O projeto de desintegração do Foro para o Progresso e

ao *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) e à repulsa ao Partido dos Trabalhadores (PT) (SIMÕES, 2017, p. 47). No Brasil, Jair Bolsonaro é uma figura que simboliza a extrema-direita brasileira atual. Segundo Hoffman (2022, p. 5),

Quando se usa um recorte regional para análise, percebe-se que na América Latina vem acontecendo um refluxo menos programático que ideológico ao ciclo da Onda Rosa, movimento que levou ao poder partidos de esquerda em muitos países da região com lideranças como o ex-militar Hugo Chávez, na Venezuela (1998), Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002) e Néstor Kirchner (2003), na Argentina. Seguido pela Bolívia de Evo Morales (2006), Rafael Correa do Equador (2007), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Pepe Mujica no Uruguai (2010). (...) A contranarrativa ao esgotamento desse ciclo fez voltar ao poder presidentes de direita como Mauricio Macri, na Argentina (2015–2019), e ascender lideranças e movimentos de extrema-direita, como Bolsonaro e o bolsonarismo, no Brasil.

Assim como a extrema-direita bebe da ideologia fascista, Bolsonaro se mostra como um neofascista, ou seja, há características do fascismo clássico, porém, adaptado ao contexto atual no qual está inserido. Baseado na obra “O Fascismo Eterno” de Umberto Eco, Narcizo (2021) afirma que o ex-Presidente brasileiro pontua em todas as características fascistas apresentadas no livro, ao afirmar que

No decorrer de sua carreira política e vida pessoal, Jair Bolsonaro, demonstrou e demonstra características fascistas, se pegarmos o conhecido trabalho de Umberto Eco, Fascismo Eterno (2018) Bolsonaro “gabarita”, 1 – Culto a tradição; 2 – Recusa para com a modernidade e da herança iluminista; 3 – A ação pela ação, ligada diretamente ao irracionalismo; 4 – Aversão à ciência e ao pensamento crítico; 5 – Medo do diferente; 6 – Apelo às classes médias frustradas; 7 – Nacionalismo e xenofobia; 8 Inveja e medo do “inimigo”, seja esse real ou imaginário; 9 – Princípio de guerra constante, podendo ser entendido também como antipacifismo; 10 – Elitismo e um desprezo pelos mais fracos; 11 – Heroísmo e culto a morte; 12 – O constante uso de questões sexuais, machismo, homofobia e uma fixação por armas; 13 – Populismo celetista e oposição ao parlamento; 14 – Novilíngua, um léxico pobre que visa limitar o raciocínio crítico (NARCIZO, 2021, p. 61).

Outro traço da extrema-direita incorporado por Bolsonaro é o autoritarismo, expresso na sua admiração por ditadores e torturadores latino-americanos, como Pinochet, Alfredo Stroessner e o Coronel Alberto Brilhante Ustra. Ademais, mesmo com sua vitória nas eleições de 2018, o ex-Presidente questionava a segurança das urnas eletrônicas e colocava em xeque as instituições democráticas, ameaçando o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) (SIMÕES, 2022, p. 49-50).

Para além do autoritarismo de extrema-direita, o político é classificado como populista, colocando-se como porta-voz do povo e dirigindo-se especialmente à classe média, aos militares e aos evangélicos, que são as bases do seu eleitorado. Esses três grupos expressam o



saudosismo pela ditadura militar, a defesa da família e dos valores tradicionais cristãos e o combate à doutrina “marxista” (RODRIGUES; SILVA, 2021).

O populismo, como explica Fábio Hoffmann (2022), através de Cas Mudde (2019), está inserido em um contexto de embate entre grupos antagônicos retratados na luta do bem contra o mal, mocinhos contra vilões e o povo contra a elite. Para ilustrar o caso brasileiro, o autor elabora uma tabela apresentando os inimigos do populismo para Jair Bolsonaro, numa dicotomia entre sagrado e profano.

**Quadro 2** - O populismo de Bolsonaro em categorias binárias

<b>Sagrado</b>	<b>Profano</b>
Cristãos/ Evangélicos	Não cristãos/ Barbárie
Família Tradicional	Movimento feminista e LGBT
Nacionalismo	Globalismo
Redes sociais	Mídia tradicional
Propriedade rural	Preservação ambiental
Bandido bom é bandido morto	Direitos humanos
Homem comum	Intelectualismo
Estados Unidos/ Israel	O resto do mundo
Anti- PT	PT

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Hoffmann (2022).

Como observado no quadro 2, a preservação ambiental é classificada como algo profano, visto que é uma pauta tomada por grupos progressistas e pelas elites que assinam tratados internacionais de cunho ambiental, envolvendo, por exemplo, as mudanças climáticas. Os populistas utilizam-se do fato de que essa pauta não tem discussão pública ampla, rejeitando-a, assim, em nome da sua bandeira elitista (SIMÕES, 2022, p. 35), conforme descrito no trecho abaixo:

Considerando o populismo como uma possível explicação para as diferentes tomadas de posição em relação à proteção climática, estas podem ser interpretadas como um ato contra as elites. Como concluiu Robert Huber (2020), “indivíduos que exibem atitudes populistas, percebem uma falta de representação nestas áreas temáticas e, portanto, devido à sua 36 posição antielitista, rejeitam as políticas climáticas e ambientais” por estarem claramente no centro das preocupações da política *mainstream* (SIMÕES, 2022, p. 35-6).

As mudanças climáticas tornaram-se parte do repertório da extrema-direita populista, negando que práticas degradantes como desflorestamento, o setor de minérios e demais ações humanas sejam a causa das mudanças no clima, evidenciando o negacionismo científico. Nessa mesma linha, a extrema-direita enxerga as políticas ambientais como opressivas e um ataque à soberania nacional (FORCHTNER, 2019), concordando com uma das abordagens de Lockwood (2018). Para explicar a relação entre a extrema-direita populista e a agenda climática, o autor enfatiza o fator ideológico remetendo a narrativa do povo contra a elite, exemplificado por políticas na indústria do carvão na Europa e nos Estados Unidos, que estariam prejudicando os trabalhadores da indústria do minério.

Na mesma linha de pensamento, Jair Bolsonaro governou o país com essa narrativa. Índícios disso são vistos no desmantelamento de instituições responsáveis pelo tema, na inferiorização da importância das pautas ambientais, no descrédito dos dados científicos sobre o desmatamento da floresta amazônica e na disseminação de *fake news* em espaços multilaterais, reproduzindo a narrativa da extrema-direita (DEUTSCH, 2021), que será discorrido nas próximas seções.

### **3.2 O início do desmonte: o Ministério do Meio Ambiente e órgãos vinculados**

O desmonte da agenda ambiental promovido pelo governo Jair Bolsonaro (2019-2022) teve início ainda em sua posição como candidato à presidência da república nas eleições de 2018 (SCANTIMBURGO, 2018). No plano de governo elaborado pela equipe do candidato do Partido Social Liberal (PSL) e publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (2018), foi defendida uma reestruturação ministerial, apontando como solução a redução da quantidade de ministérios existentes:

Um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da Nação. O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular “toma lá-dá-cá” (BOLSONARO, 2018, p. 17).

Um dos ministérios que teve sua existência ameaçada foi o Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja pasta seria integrada ao Ministério da Agricultura (SCANTIMBURGO, 2018). No plano de governo, questões ambientais não foram mencionadas, ao passo que a agricultura o foi; porém, direcionada ao setor do agronegócio. Em março de 2018, o ex-Presidente já mencionava essa ação por meio de seu canal no Youtube afirmando que: “Nós inclusive pensamos em fundir o Ministério da Agricultura com o Meio

Ambiente. Aí vai acabar a brincadeira, vai acabar a brincadeira dessa briga entre ministérios” (BRAGANÇA, 2018).

O MMA tem sido parte do conjunto de ministérios do Brasil desde 1992, com o objetivo de proteger e defender o meio ambiente por meio de políticas públicas, monitoramento e fiscalização. O ministério trabalha em conjunto com outros órgãos públicos vinculados como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 2020a)

Bolsonaro, enquanto presidenciável, deixou de forma clara o seu posicionamento acerca da pauta ambiental. Além de defender em várias ocasiões a fusão entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, ameaçou a demarcação de terras indígenas, institutos de preservação e fiscalização, como o ICMBio, e o fim, de acordo com ele, de um “ativismo ambiental xiita” (SETO, 2018).

Para o ex-Presidente, políticas ambientais e órgãos que fiscalizam a execução da legislação ambiental constituem um entrave para o desenvolvimento do agronegócio (UOL, 2018), visto que o apoio dos ruralistas e da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) foi fundamental para a eleição do candidato do PSL, inclusive da ex- Ministra da agricultura, Tereza Cristina, que foi presidenta da frente até 2018, antes de assumir o posto ministerial da agricultura (OSAKABE; TURTELLI, 2018).

Devido à pressão pública com a criação de uma petição (SILVA, 2018) e ao posicionamento de congressistas e de lideranças da pauta ambiental, o Presidente eleito Jair Messias Bolsonaro voltou atrás em relação à extinção do MMA. O então Presidente nomeou Ricardo Salles como ministro do Meio Ambiente; ele foi acusado de improbidade administrativa por descumprir leis ambientais e manipular mapas de manejo ambiental do Rio Tietê quando comandava a secretaria estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, posteriormente sendo absolvido da acusação (DALL’AGNOL, 2021).

O governo federal e o MMA implantaram uma agenda anti ambiental, favorecendo o desmatamento de áreas de preservação e conservação por meio do esvaziamento de órgãos responsáveis por fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental e por monitorar o desmatamento, favorecendo práticas ilegais e prejudiciais como de extração de madeira, o garimpo ilegal e a agropecuária (BARBOSA; MENEZES, 2021). De acordo com dados publicados pela Rede Simex <sup>3</sup>(CARTA CAPITAL, 2022a), a extração ilegal de madeira cresceu

---

<sup>3</sup> A Rede Simex é um sistema de mapeamento da exploração da ilegal da madeira na Amazônia. O sistema foi desenvolvido em 2008 pelo instituto Imazon. Atualmente, é constituído Instituto do Homem e Meio Ambiente da

em 1000% entre o período de agosto de 2019 e julho de 2021. No mês de julho do primeiro ano da gestão Bolsonaro, segundo dados do INPE, o índice de desmatamento da Amazônia Legal aumentou em 278% em comparação ao mesmo mês do ano anterior.

Em 2019, o ministro do meio ambiente acusou, sem provas, a ex-presidente do Ibama, Suely Araújo, de assinar contratos fraudulentos, o que levou ao seu pedido de demissão. Em seguida, exonerou o presidente do ICMBio e outros funcionários do instituto sem justificativa, além de 21 superintendentes do Ibama (FELIX, 2021; FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Após a exoneração em massa de funcionários dos institutos, Salles “impôs a lei do silêncio”, ação que impedia os dois órgãos de se manifestarem à imprensa ou publicar nos meios de comunicação oficiais sem passar antes pelo Ministério do Meio Ambiente. Em reportagem, o Estadão (2019) procurou o Ibama, que respondeu ao veículo de imprensa que: “Por orientação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), demandas de imprensa relacionadas à atuação do Ibama devem ser direcionadas à Assessoria de Comunicação do MMA”.

De acordo com o site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (BRASIL, 2018), o órgão vinculado ao MMA foi criado em 22 de fevereiro de 1989 por meio da Lei nº 7.735, cuja finalidade é:

I. Exercer o poder de polícia ambiental; II. Executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; e III. Executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente (BRASIL, 2018, s/p.)

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi criado em 28 de agosto de 2007 através da Lei 11.516 e tem como responsabilidade “executar ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC (Unidades de conservação) instituídas pela União” (BRASIL, 2020b). Ademais, o instituto fomenta e promove pesquisas e demais programas na área de conservação ambiental e exerce o papel de polícia ambiental nas UC.

Uma das polêmicas que envolveram o nome do ex-ministro da pasta ambiental foi sua fala durante a reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020, que teve repercussão negativa

e foi criticada por políticos, ambientalistas, ativistas e organizações, como a ativista Greta Thunberg (ROSCOE, 2021). O ex-ministro disse:

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo” (SALLES, 2020, *s/p apud* ROSCOE, 2021, *s/p*).

Com a expressão “passar a boiada”, o ex-ministro Salles fez referência à flexibilização de normas de proteção ambiental para beneficiar ruralistas em um contexto em que a atenção foi destinada à pandemia da COVID-19.

Após a reunião ministerial, ex-ministros do Meio Ambiente (Carlos Minc, Edson Duarte, Gustavo Krause, José Carlos Carvalho, Izabella Teixeira, Marina Silva, Rubens Ricupero, Sarney Filho e José Goldemberg) divulgaram uma carta feita em conjunto repudiando a declaração do ministro em 18 de junho de 2020 e criticando o rumo do MMA (ESTADÃO, 2020). Em carta, os ex-ministros se posicionaram:

A sustentabilidade socioambiental está sendo comprometida de forma irreversível por aqueles que têm o dever constitucional de garanti-la. A destruição dos Biomas brasileiros avança em taxas aceleradas que não se registravam há mais de uma década, com aumentos expressivos de desmatamentos na Amazônia, no Cerrado e na Mata Atlântica, enquanto os órgãos ambientais e normas federais são sistematicamente desmantelados. Povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais veem crescer de modo exponencial as ameaças aos seus territórios e às suas vidas” (FÓRUM EX-MINISTROS DO MEIO AMBIENTE, 2020 *apud* ESTADÃO, 2020).

Os retrocessos da política ambiental do governo Bolsonaro refletiram na criação de medidas provisórias, decretos e portarias. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão criado em 1982 pela Lei nº 6.938/81 e tem como função guiar o governo sobre políticas ambientais a serem seguidas, estudando, propondo e visando a preservação ambiental e a exploração sustentável de recursos naturais (OECD, 2014). As reuniões do CONAMA são abertas ao público e contam com a presença de órgãos de níveis federal, estadual e municipal, além de representantes da sociedade civil.

Entretanto, com o decreto nº 9806/19, de 28 de maio de 2019, o CONAMA teve seu número de cadeiras reduzido de 96 para 23 membros. O decreto afetou principalmente a participação da sociedade civil, que passou de 22 para apenas 4 lugares no conselho (BRASIL, 2019). Na mesma direção, o decreto nº 10.239/20, de 11 de fevereiro de 2020, transferiu a responsabilidade pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) do MMA para a vice-presidência da república e mais 14 ministérios (BRASIL, 2020c).

O CNAL, assim como o CONAMA, é responsável por coordenar ações e propor políticas públicas para a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável da Amazônia

Legal. O decreto de 2020 tirou do quadro do CNAL a participação dos governos estaduais dos estados que compõem uma porção da floresta amazônica, impedindo que estes participem das discussões sobre a região (INSTITUTO BRIDJE, 2021).

**Figura 1 - Amazônia Legal**



Fonte: Imazon (2014)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi criado pela Lei nº 12.651/2012 visando a integração de informações ambientais sobre terras e posses rurais, para constituir base de dados para monitoramento e combate ao desmatamento, por exemplo. O cadastro passou a fazer parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no ano de 2020. A mudança do MMA para o MAPA, gerou um meio de facilitar a grilagem de terras, em um contexto que o CAR possui a finalidade de monitorar áreas de preservação e propriedades privadas, obedecendo o Código Florestal Brasileiro (DEUTSCH, 2021).

Entretanto, até o fim do ano de 2020, 14 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia Legal foram registradas no CAR de forma ilegal, abrangendo terras indígenas e unidades de conservação, de acordo com relatório do senador Fabiano Contarato (PT-ES), impulsionando a grilagem (AGÊNCIA SENADO, 2022). Ainda no relatório, foi levantado que 3,4 milhões de hectares de terras públicas cadastrados de forma indevida haviam sido desmatados no mesmo ano. No caso da região amazônica, os registros rurais se encontravam sobrepostos em áreas de unidades de conservação e em terras indígenas, que não poderiam ser aceitos no cadastro.

Segundo o diretor executivo do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão, em entrevista ao Um Só Planeta (THOMAS, 2021), os grileiros desmatam a área de floresta da terra e vendem a madeira, para depois atear fogo para limpar o terreno e plantar capim para o gado. Porém, o advogado afirma que o objetivo dos invasores de terras é a revenda lucrativa do terreno. Ainda sobre o assunto, a pesquisadora Amanda Brito, do Instituto Imazon, disse ao editorial do Globo

que “o desmatamento é a principal forma de sinalizar que uma determinada área está sendo ocupada para depois pleitear um título de terra. Se não há desmatamento na área, o órgão fundiário pode entender que a área não foi ocupada” (Ibidem).

O INPE é uma autarquia do governo federal; dentre suas responsabilidades, está a de monitorar imagens aeroespaciais através de satélites, a fim de levantar dados sobre as taxas de desmatamento e degradação florestal no território que compreende a Amazônia Legal, assim como emitir alertas, atividade atribuída ao instituto desde 1988 (LADWIG *et al.*, 2020).

Contudo, o instituto de pesquisas espaciais sofreu ataques e teve seu trabalho descredibilizado por agentes do governo federal. O ex-Presidente Jair Bolsonaro acusou o ex-diretor Ricardo Galvão de ter manipulado os dados do serviço em favor de organizações não governamentais, após alertas sobre o desmatamento terem sido divulgados em julho de 2019 (PUTTI, 2019). Além disso, o ex-ministro Ricardo Salles cogitou contratar uma empresa privada para realizar o monitoramento do desmatamento na Amazônia devido à "ineficácia" do INPE no combate ao desmatamento (G1, 2019a).

Em consequência dos conflitos entre o negacionismo ambiental por parte do governo e os levantamentos científicos do INPE, Ricardo Galvão foi exonerado do cargo de diretor no mesmo ano. O ano de 2022 teve uma redução de 32% do orçamento destinado ao instituto em relação ao ano de 2020, sendo o segundo menor da década (PRIZIBISCZKI, 2022). Apesar das dificuldades, o Instituto continuou monitorando o desmatamento na Amazônia, registrando o último levantamento do governo Bolsonaro, em dezembro de 2022, um recorde de 10.267 km<sup>2</sup> (DW, 2023).

#### **4. A AGENDA MULTILATERAL DO MEIO AMBIENTE NO GOVERNO BOLSONARO**

A seguinte seção abordará os principais acontecimentos da agenda multilateral sobre a temática ambiental, especificamente no que concerne ao desmatamento florestal da região amazônica. Os eventos abordados estão divididos em três subtópicos: A Conferência das Partes (COP); posteriormente, os discursos das cerimônias de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU); e, por último, o relacionamento do Brasil com a UE no contexto do Acordo Mercosul-UE.

##### **4.1 COP 25, 26 e 27**

A Conferência das Partes (COP) é um encontro da Convenção- Quadros da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja temática são as mudanças climáticas. O encontro ocorre

anualmente e é sediado por um país-membro da organização (AGÊNCIA SENADO, [2015]). No encontro, líderes de governo e de Estado, sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs) e cientistas se reúnem para debater o clima e propor soluções para conter o avanço das mudanças climáticas e amortecer o impacto gerado pelo aquecimento global, estabelecendo metas para os países. Foi nesse espaço que se deu a criação do importante Acordo de Paris em 2015 (COP 21), firmado por 196 países, incluindo o Brasil (MEIRELES, 2020). Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, o Brasil participou da COP 25, 26 e uma participação ínfima de sua delegação na COP 27.

#### *4.1.1 COP 25*

O Brasil foi convidado a sediar o encontro da COP 25, porém o presidente rejeitou o convite alegando que o orçamento para receber a conferência seria custoso ao país. Assim, a COP 25 ocorreu em Madri nos dias 2 a 13 de dezembro e a principal discussão foi o estabelecimento de metas ambiciosas para redução da emissão de gases efeito estufa, ponto acordado no Acordo de Paris (G1, 2019b). A delegação brasileira foi chefiada pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e contou com a ausência do Presidente Bolsonaro, devido à sua impopularidade e à pressão de ativistas ambientais, tendo em visto sua política ambiental para a Amazônia e o crescente aumento de desmatamento da floresta (SANTANDREU, 2019).

A conferência estipulou a criação de novas metas para os cortes de emissão de gases e continuidade ao debate sobre a implementação do sistema de mercado de créditos de carbono para a conferência da edição seguinte e a prestação de contas de países mais ricos em relação às medidas tomadas anteriores a 2020 para provar que cumpriram suas promessas referentes a mudanças climáticas. O Brasil se apresentou como obstáculo, atrasando o acordo da COP 25 em dois dias extras por postergar a assinatura da redação final do acordo, que previa o estudo da relação entre solo e oceano e a urgência climática, o que o Brasil queria que fosse excluído, mas voltou atrás em função da pressão de outras delegações, como a europeia (BBC, 2019). Salles criticou países desenvolvidos e pressionou para doação ao Fundo de 100 bilhões de dólares para iniciativas de financiamento entre países, isto é, ajuda de países desenvolvidos aos emergentes e em desenvolvimento.

De acordo com Alberto do Amaral Júnior (2019) em sua coluna na Rádio USP, a presença e a atuação do Brasil foram apagadas e decepcionantes; desviou dos problemas climáticos do país e do mundo, sem propor metas e sem se comprometer com o desmatamento da Amazônia, o que levou o país a não obter recursos do fundo de países desenvolvidos pela



falta de planos e programas para combater o desmatamento. Durante o encontro, o Brasil recebeu duas vezes o prêmio Fóssil do Dia, premiação simbólica para países que tomam condutas prejudiciais ao meio ambiente. O Brasil recebeu os prêmios por “culpar a sociedade civil pelas queimadas na Amazônia” e “legitimar a grilagem de terras e a anistia do desmatamento”<sup>4</sup> (ROTHIER, 2019). Ao longo da fala do ministro do Meio Ambiente na plenária, ativistas e entidades divulgaram um manifesto sobre os retrocessos do governo brasileiro na pauta ambiental. O manifesto foi assinado por ex-ministros do Meio Ambiente, como Carlos Minc e Marina Silva, além de artistas e cientistas. (G1, 2019c)

#### 4.1.2 COP 26

Antes de adentrar a COP 26, é importante destacar a reunião realizada pelo Presidente eleito Joe Biden (2021-) para tratar do clima em um contexto de retorno do país ao Acordo de Paris e a ruptura com o posicionamento climático do ex-Presidente Donald Trump. O encontro foi um “aquecimento” para a Conferência das Partes e intitulado como *Leaders Summit on Climate*.<sup>5</sup> O Presidente dos Estados Unidos convidou 40 líderes dos países que juntos emitem 80% dos gases de efeito estufa em escala global; dentre eles foi convidado e esteve presente o ex-Presidente brasileiro. A cúpula se direcionou a traçar propostas ambiciosas dos países presentes para reduzir o impacto das mudanças climáticas e obter um consenso em relação aos artigos do Acordo de Paris (SILVEIRA, 2021).

O líder brasileiro discursou na reunião, porém não mencionou os desmatamentos ocorridos na Amazônia. Além disso, segundo análise de Nascimento e Pereira (2021), Bolsonaro apresentou o Brasil como um país sustentável, utilizando-se de dados sobre emissão de gases anteriores ao seu governo, desviando de críticas feitas à sua agenda ambiental e à situação ambiental interna por outros países. É presente também no discurso a responsabilização dos países desenvolvidos, como os EUA, pelos problemas climáticos e o papel de cooperar com os países em desenvolvimento, em uma postura vitimista, alegando problemas orçamentários.

Dessa maneira, o posicionamento negacionista, que esteve presente em discursos anteriores, agora abre espaço para um posicionamento vitimista, em que as capacidades internas do país de solucionar os desafios ambientais não são suficientes, mas que, mesmo assim, muito está sendo feito por ele e por seus aliados em prol da preservação ambiental. Esse surpreendente posicionamento do enunciador reforça sua

---

<sup>4</sup> A premiação é organizada pela Rede Internacional de Ação Climática (CAN). O prêmio é apenas simbólico e não oficial.

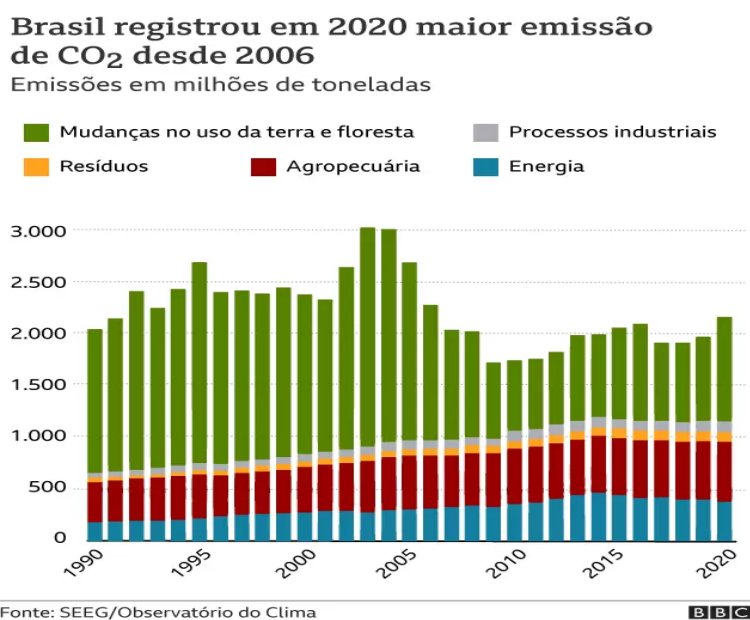
<sup>5</sup> A reunião ocorreu de forma virtual em abril de 2021, em um “momentum” político da COP 26.

imagem e institui uma imagem de um Brasil que, embora com poucos recursos, manteve e continuará mantendo os acordos propostos. (NASCIMENTO; PEREIRA, 2021, p. 256).

Quatro meses após a reunião de líderes para o clima, a COP 26 tomou espaço em Glasgow, na Escócia, sendo organizada pelo Reino Unido. A conferência realizada em novembro de 2021 trouxe como pauta a continuidade das discussões abordadas na COP 25, como medidas para atingir os objetivos climáticos, como emissões de gases e a temperatura média anual global, e a assinatura do Regulamento de Paris<sup>6</sup> (BBC, 2021).

A delegação brasileira foi chefiada pelo novo ministro do Meio Ambiente Joaquim Leite<sup>7</sup> e sem a presença do ex-Presidente novamente. Contudo, Bolsonaro enviou à conferência um vídeo, cujo discurso foi uma tentativa de eximir o governo de 2019-2022 dos problemas ambientais do Brasil, afirmando que o “Brasil é uma potência verde” e que é parte da solução para as mudanças climáticas (CNN, 2021). A delegação brasileira assumiu o compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 e reduzir em 50% a emissão de gases poluentes até 2030. Entretanto, Nathalia Passarinho da BBC (2021a) reuniu gráficos que apontam a contradição do compromisso com a realidade da emissão de gases, como é evidenciado no gráfico abaixo:

**Figura 2 – Emissão de gases 1990-2020**



Fonte: Passarinho (2021a).

<sup>6</sup> O Regulamento de Paris estabelece regras para implementação do Acordo de Paris (2015).

<sup>7</sup> O ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pediu demissão em 23/06/2021, após ser alvo de investigações da Polícia Federal por participar de um esquema de extração ilegal de madeira da Amazônia. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/alvo-de-investigacao-ricardo-salles-pede-demissao/>. Acesso em: 05 de fev. de 2023.

O ministro Joaquim Leite não assumiu uma postura de protagonismo no evento e se mostrou uma figura isolada das discussões, recolhendo-se no estande oficial do Brasil, cuja decoração foi feita com os logotipos da Confederação Nacional Da Indústria (CNI) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), participando apenas de eventos organizados pelo próprio governo (CHADE; SOBRINHO, 2021). Além disso, o discurso do ministro gerou espanto devido a frase “o governo reconhece que onde existe muita floresta também existe muita pobreza” e partes que forjam a imagem de um governo que se preocupa com o meio ambiente e age em prol da preservação (CHADE, 2021a).

Apesar de não ter sido uma figura midiática como o ex-ministro Ricardo Salles, o segundo ministro do MMA é conhecido por dar continuidade à política ambiental de “passar a boiada” do seu antecessor, evidenciado pelo aumento do desmatamento da Amazônia e do número de incêndios florestais durante sua gestão (CHADE; SOBRINHO, 2021)<sup>8</sup>.

Diante disso, a delegação levou pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Fóssil da semana, principalmente, pelo tratamento que a ativista indígena Txai Suruí recebeu após seu discurso ter exposto o desmonte ambiental do governo Bolsonaro, sendo posteriormente intimidada por um funcionário do MMA e criticada publicamente pelo Presidente (CHADE, 2021b).

#### 4.1.3 COP 27

A COP 27 ocorreu em 6 de novembro de 2022 e teve como localização o Egito, que sediou a conferência na cidade litorânea de Sharm El Sheikh até o dia 18 do mesmo mês. Na semana anterior ao começo da conferência climática, o Brasil elegeu o opositor do ex-Presidente Jair Bolsonaro, Luís Inácio Lula da Silva (PT), para presidir o país durante os quatro anos seguintes. Apesar de sua posse ter ocorrido em janeiro de 2023, o anfitrião da COP 27, o Presidente egípcio Abdul Khalil El-Sisi, convidou-o para participar do encontro e enviar uma delegação própria (G1,2022).

O político foi ovacionado e esperado por autoridades estrangeiras e ativistas ambientais presentes (CARTA CAPITAL, 2022b). O ex-vice-Presidente dos Estados Unidos e ambientalista, Al Gore, mencionou de forma indireta, sem citar nomes, no seu discurso da COP o resultado das eleições brasileiras e seu impacto na preservação ambiental: "Nós precisamos

---

<sup>8</sup> No período de janeiro a setembro de 2022, a área desmatada da Amazônia Legal chegou a marca de 9.069 Km<sup>2</sup>, sendo a pior desde 2008, segundo o Imazon. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/10/18/imazon-desmatamento-setembro-2022.ghtml>

de mais, mas temos a base para a esperança. Apenas dias atrás, o povo do Brasil escolheu parar com a destruição da Amazônia [...]” (UOL, 2022).

Apesar de Leite ter estado oficialmente no comando, na prática, o diplomata Leonardo Athayde e o embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto estavam à frente da delegação brasileira do governo. Além disso, na reportagem de Ana Carolina Amaral da Folha de São Paulo (2022), Joaquim Leite não soube responder perguntas sobre a equipe de negociações da delegação, nem os dados de desmatamento que haviam sido divulgados pelo INPE.

Diferentemente do protagonismo que o Brasil teve com Lula, Joaquim Leite, que estava na posição de chefe da delegação, saiu mais cedo da conferência, sem explicações, e não participou das discussões do acordo final (MAES, 2022). O ex-ministro foi visto no último dia da COP fazendo passeios turísticos na praia, enquanto negociações ocorriam no espaço multilateral, que prorrogou a conferência climática em mais dois dias (AMARAL, 2022). Durante sua rápida passagem no evento, Leite discursou em tom de crítica:

Desde 2019, trabalhamos junto com o setor privado para encontrar soluções climáticas e ambientais lucrativas para as empresas, as pessoas e a natureza. Invertamos a lógica dos governos anteriores que só agiam para multar, reduzir e culpar, este governo faz políticas para incentivar, inovar e empreender, criando assim marcos legais para uma robusta economia verde com geração de emprego e renda a todos os brasileiros [...] Diferente dos governos anteriores, onde o foco era enviar recursos somente para ONGs, nos últimos anos implementamos políticas junto com o setor privado para dar escala a uma nova economia verde com objetivo de neutralidade climática até 2050. ‘O mundo não será salvo pelos caridosos, mas pelos eficientes’ (Roberto Campos) [...]. (LEITE, 2022)

Assim, seu discurso na última conferência do governo Bolsonaro foi voltado a críticas indiretas ao Presidente eleito em outubro, ONGs e uma suposta “redução de emissões forçada”, utilizando também a frase “somos parte da solução”, que foi proferida anteriormente por ele e por Bolsonaro.

#### **4.2 Assembleia Geral da ONU e desinformação**

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) se reúne anualmente na sede do órgão, em Nova Iorque, desde 1946, meses após a fundação da organização internacional. Reúnem-se representantes políticos, como diplomatas, chefes de Estado e de Governo, de todos os Estados membros da ONU. As reuniões têm como finalidade discutir e estabelecer políticas da organização, como a eleição de membros não permanentes do Conselho de Segurança e a discussão sobre temáticas relacionadas à paz e à segurança internacionais, bem como outras questões abrangidas pela Carta das Nações Unidas (1945) (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

O Brasil é, desde 1955, o primeiro Estado a discursar no debate geral, após as falas do Secretário-Geral da ONU e do Presidente da Assembleia (UNITED NATIONS, 2023). O governo Jair Bolsonaro participou das sessões 74, 75, 76 e 77 da AGNU. Nos quatro anos, o ex-Presidente brasileiro fez o discurso de abertura, em que foram debatidos temas referentes à realidade brasileira, como corrupção, saúde, meio ambiente e economia.

No primeiro discurso, em 2019, Bolsonaro mencionou a Amazônia e o seu compromisso com o meio ambiente. Ademais, minimizou a questão das queimadas ocorridas naquele ano e a demarcação das terras indígenas; atacou a mídia, governos estrangeiros<sup>9</sup> preocupados com o rumo da Amazônia e o cacique Raoni<sup>10</sup> e ONG (EL PAÍS, 2019).

A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o Cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia. Infelizmente, algumas pessoas, de dentro e de fora do Brasil, apoiadas em ONGs, teimam em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas (BOLSONARO, 2019).

Para o professor Pedro Dallari (2019), em sua coluna no programa da Rádio USP, o pronunciamento do brasileiro no debate geral “propugnou pelo isolamento e pela defesa de um soberanismo, atacou outros países e relativizou a importância dos direitos humanos”, fazendo referência à acusação do Presidente à postura “colonialista” de países estrangeiros, tratando-se da Amazônia.

É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo. Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista. (BOLSONARO, 2019)

Alguns meios de comunicação começaram a escrever matérias verificando dados e informações em pronunciamentos do Presidente, a fim de apontar o que é fato e o que é falso. Diante disso, Felipe Betim e Flávia Marreiro, do El País (2019), apontaram que o discurso da 74<sup>a</sup> sessão misturou fatos e mentiras. Um dos destaques da verificação dos jornalistas foi a parte em que Bolsonaro afirma que há uma política de tolerância zero para crimes ambientais, contradizendo a realidade interna do Brasil. O Observatório do Clima levantou dados que apontaram uma queda de 70% da fiscalização na Amazônia comparando o mês de abril de 2018

<sup>9</sup> O Presidente fez uma crítica de forma indireta ao Presidente Francês Emmanuel Macron devido a uma fala sobre a internacionalização da gestão das florestas (BERMÚDEZ; PRONIN, 2019). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/09/24/bolsonaro-discurso-assembleia-geral-da-onu.htm>. Acesso em: 30 Mar. 2023.

<sup>10</sup> Raoni Metuktire é cacique do grupo étnico Kayapó e uma das lideranças indígenas que lutam pela preservação da Amazônia e dos povos originários. Em 2021, recebeu o título de Membro Honorário da União Internacional para a Conservação da Natureza. No ano anterior, foi um dos indicados para o Prêmio Nobel da Paz.

e 2019 (VALENTE, 2019). Dito isso, é improcedente a fala em que o ex-Presidente frisa a atuação do seu governo em prol da fiscalização ambiental e, conseqüentemente, do combate contra crimes ambientais cometidos na Amazônia Legal.

Em relação às queimadas, às quais o Presidente atribui como causas o clima seco e as práticas culturais de sobrevivência dos indígenas, dados do INPE de 2019 mostram aumento nos focos de incêndio na Amazônia, com aumento de 30% em comparação ao ano de 2018 (MADEIRO, 2020). É importante frisar que as queimadas são decorrentes da ação humana por meio do desmatamento e o clima seco apenas intensifica o foco de fogo, como afirma a gerente de Ciências da *World Wide Fund For Nature* no Brasil, Mariana Napolitano (WWF-Brasil, 2020, s/p). Segundo ela, “se nada for feito, veremos um ciclo de altos níveis de desmatamento e queimadas se repetindo anualmente, já que as áreas desmatadas são bem mais vulneráveis às queimadas na Amazônia”.

No ano seguinte, na 75ª sessão da Assembleia Geral, Bolsonaro deu continuidade ao conteúdo ambiental, novamente reiterando o compromisso do governo com o meio ambiente, acusando instituições internacionais justamente a associações brasileiras de tentar prejudicar o governo e o Brasil, afirmando que o Pantanal e a Amazônia são alvos de campanhas de desinformação (ONU NEWS, 2020).

Para o físico Paulo Artaxo, membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o discurso, na verdade, foi uma campanha de desinformação vinda do próprio governo brasileiro, culpabilizando indígenas pelas queimadas, descredibilizando as imagens de satélite, contando mentiras para mascarar a verdade causada por políticas governamentais (JORNAL DA USP NO AR, 2020)

Além disso, Bolsonaro reafirmou a política ambiental de seu governo de tolerância zero com crimes ambientais, ao frisar que “somos líderes em conservação de florestas tropicais” (BOLSONARO, 2020, s/p) Dados do INPE, publicados em agosto de 2020, mostram um crescimento na taxa de desmatamento na Amazônia referentes aos períodos de agosto de 2019 a julho de 2020 em comparação a agosto de 2019 a julho de 2020. O aumento registrado foi de 34%, sendo derrubados 9,2 mil quilômetros quadrados de floresta, desmentindo a informação de que o Brasil é líder em conservação ambiental (ESCOBAR, 2020, s/p).

No mesmo ano, ocorreu a reunião ministerial em que o ex-ministro Ricardo Salles falou para deixar a boiada passar, ou seja, sugeriu um afrouxamento na fiscalização de crimes ambientais quando a atenção estava voltada para a pandemia (G1, 2020). Ainda no mesmo mês da reunião do Presidente com seus ministros, Ricardo Salles exonerou dois chefes de

fiscalização do Ibama, após estes executarem operações de combate ao garimpo e à extração de madeira ilegais na Amazônia, inclusive em terras indígenas (PRAZERES, 2020, s/p).

Em relação aos dados presentes em seus discursos, apesar de o Brasil estar coberto por 66% de vegetação nativa, isso não significa que há preservação dos biomas. De acordo com Tasso Azevedo, Diretor-Geral do MapBiomas<sup>11</sup>, “da área que nunca foi desmatada, há uma fração que já foi degradada pelo fogo ou pela exploração madeireira predatória. Quantificar esse processo de degradação das florestas é um dos próximos desafios que vamos enfrentar” (IPAM, 2020, s/p).

Não diferente dos discursos anteriores, o pronunciamento do Chefe de Estado do Brasil na 76ª Assembleia Geral, novamente trouxe dados e informações distorcidas sobre a vegetação nativa e Amazônia. Bolsonaro afirmou que:

O Brasil é um país com dimensões continentais, com grandes desafios ambientais. São 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500. Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental (BOLSONARO, 2021, s/p).

Todavia, um levantamento feito pela ONG MapBioma mostra que só um terço da vegetação nativa desmatada desde a chegada dos colonizadores, em 1500, foi devastada entre 1985 e 2021; ou seja, redução de 76% para 66% e a causa foi a expansão da agropecuária, que, por sua vez, ocupa um terço do uso da terra (DW, 2022a). O dado sobre o desmatamento na Amazônia, em agosto de 2021, é verdade, porém há ressalvas, como foi apurado por jornalistas do Estadão:

É verdadeiro, mas falta contexto. Bolsonaro citou números recentes do sistema de alertas de desmatamento Deter, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). A plataforma indica que, em agosto de 2021, foram emitidos alertas para uma área total de 918 km<sup>2</sup>, uma redução de 32% se comparado aos 1.359 km<sup>2</sup> registrados no mesmo mês em 2020. (LIMA *et al.*, 2021, s/ p.)

Ademais, o ano de 2021 registrou o pior índice de desmatamento da Floresta Amazônica em dez anos, com a destruição de 10.362 km<sup>2</sup> de mata nativa, segundo dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON, 2022).

Bolsonaro também mencionou que recursos humanos e financeiros de órgãos

---

<sup>11</sup> Segundo o site oficial, o MapBiomas é um projeto de iniciativa do Observatório do Clima em colaboração com ONG, universidades e startups de tecnologia, cuja finalidade é produzir o mapeamento anual da cobertura e do uso do solo e monitorar a superfície de água e cicatrizes de fogo mensalmente com dados a partir de 1985. Além disso, elabora relatórios para cada desmatamento detectado no Brasil desde janeiro de 2019. Disponível em: <https://mapbiomas.org/o-projeto>. Acesso em: 29 Mar. 2023.

ambientais foram dobrados. Contudo, em abril, foi anunciado um corte de 240 milhões de reais do orçamento destinado ao Ministério do Meio Ambiente, prejudicando órgãos que atuam na proteção ambiental, como o ICMBio e o Ibama (AGÊNCIA SENADO, 2021).

No seu último discurso na 77ª Assembleia Geral como Presidente, Bolsonaro, ao contrário dos discursos dos anos anteriores, não se prolongou no tema meio ambiente. O seu discurso se deu em um cenário de campanha eleitoral no Brasil, visto que o ex-Presidente almejava se reeleger. Em face disso, ele utilizou o espaço na AGNU como palanque para apresentar dados e informações, mesmo que distorcidas, para mostrar o trabalho entregue pela sua gestão nos quatro anos de governo (CASARÕES, 2022).

Novamente, insistiu que no Brasil dois terços do território são cobertos por vegetação nativa intacta desde 1500, em uma tentativa de desacreditar o papel informacional dos meios de comunicação em relação a veiculação de notícias acerca do desmatamento e das queimadas na Amazônia.

Dois terços de todo o território brasileiro permanecem com vegetação nativa, que se encontra exatamente como estava quando o Brasil foi descoberto, em 1500. Na Amazônia brasileira, área equivalente à Europa Ocidental, mais de 80% da floresta continua intocada, ao contrário do que é divulgado pela grande mídia nacional e internacional (BOLSONARO, 2022).

O jornal Estadão pontuou trechos do discurso do chefe de Estado, identificado informações erradas, como dizer que a Amazônia brasileira possui o mesmo tamanho que a Europa Ocidental, quando, na verdade, a primeira é aproximadamente cinco vezes maior que a segunda (LIMA; PACHECO; PRATA, 2022). Ainda nos trechos referentes à pauta ambiental, Jair Bolsonaro afirmou que 80% da floresta Amazônia permanecia intacta. Contrariando a fala do ex-presidente, o INPE divulgou que, do começo do governo até julho de 2022, 31km<sup>2</sup> do território amazônico foram desmatados (DW, 2022b).

### **4.3 Acordo Mercosul-UE**

O Acordo Mercosul-União Europeia (AMUE) se tornou pauta importante de negociações entre os dois blocos. O acordo prevê tornar o comércio entre os países membros do bloco Sul-americano e do bloco europeu em uma das maiores zonas de livre comércio do mundo, fomentando a liberalização econômica mundial e o comércio inter-regional, visto que ambos somam um PIB de 25% da economia mundial e a UE é, hoje, o segundo maior parceiro comercial e o maior investidor do Mercosul (BRESSAN; SALGADO, 2020; VIEIRA, 2019).



Para além disso, o AMUE firma a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias (propriedade intelectual, barreiras técnicas e medidas fitossanitárias) para importação e exportação inter-regional, aumento de competitividade entre produtores. O acordo está na mesa de negociações desde 1999; contudo, divergências em relação aos seus termos entre ambos os blocos e adversidades no campo econômico e político europeu e Sul-americano arrastaram o acordo por vinte anos. Até que, em 2019, as negociações foram finalizadas, passando atualmente pelo processo de revisão técnica e tradução para os idiomas oficiais dos blocos e posteriormente para votação nos parlamentos europeus e dos membros do Mercosul (BRESSAN; SALGADO, 2020).

Entretanto, o acordo enfrenta empecilhos para sua conclusão e implementação gerados pela política ambiental que o Brasil adotou durante o governo Bolsonaro. Vale destacar que a União Europeia prioriza questões ambientais, tendo em vista a política ambiental que vem sendo adotada pelo bloco. Um exemplo disso é que, em 2020, a UE lançou uma nova estratégia denominada *Farm to Fork*, que visa alcançar a sustentabilidade na sua cadeia alimentar e reduzir a emissão de gases poluentes gerados pelos sistemas alimentares (EUROPEAN PARLIAMENT, 2022).

A antecessora do bloco, a Comunidade Econômica Europeia (CEE), a partir da década de 1970, começou a introduzir pautas ambientais em seus tratados, visando o desenvolvimento sustentável para os seus Estados-Membros. Em 1987, foram integrados, ao Tratado do Ato Único Europeu (AUE), dispositivos que abarcam os objetivos da Comunidade em relação ao meio ambiente, como a preservação e proteção ambiental, proteção da saúde humana, utilização correta dos recursos naturais e promoção de medidas ao enfrentamento de problemas ambientais (BRASIL; OLIVEIRA, 2019).

Em 1992, o Tratado de Maastricht celebrou a criação da União Europeia, que, por sua vez, deu continuidade à política ambiental da sua antecessora, a CEE. De forma semelhante ao AUE, o Tratado que deu luz ao bloco na década de 1990 estabeleceu a política ambiental a ser adotada pela UE, baseando-se nos princípios da “precaução, prevenção e da correção da poluição na fonte, bem como o princípio do poluidor-pagador” (KURRER; LIPCANEANU, 2023).

A partir disso, o bloco passou a lançar uma série de estratégias com a finalidade de alcançar o desenvolvimento sustentável, como o Pacto Ecológico Europeu (2019), que faz parte da estratégia da União para atender a Agenda 2030 das Nações Unidas. O Pacto contempla diversos setores com estratégias e planos de ação, como no setor de alimentação e agricultura,

que estão inseridos na estratégia *Farm To Fork*. (MIQUELIN, 2021; KURRER; LIPCANEANU, 2023)

De acordo com estudos da Organização das Nações Unidas, em 2021, dois terços da emissão de gases do sistema alimentar são gerados na agricultura, no uso da terra e nas mudanças nas terras. O estudo mostra, ainda, que o número de países em desenvolvimento é alto, porém é reduzido à medida que o desflorestamento diminui (UNITED NATIONS, 2021). O Brasil é considerado um dos países com maior emissão de gases efeito estufa. De acordo com uma pesquisa realizada pela *Carbon Brief*<sup>12</sup>, entre 1850 e 2021, o Brasil se encontra na quarta posição do ranking dos países que mais emitiram gases poluentes em mais de um século, considerando a liberação de gases por meio da destruição florestal (PASSARINHO, 2021b).

Em 2022, a União Europeia acordou, juntamente com os membros do seu Parlamento, sobre a implementação de uma lei que proíbe a importação de bens agropecuários provenientes de regiões de desmatamento, tendo as empresas importadoras que comprovar a origem do produto, como e onde foram produzidos, se a sua produção respeita os direitos indígenas e a preservação ambiental (DW, 2022c). Dentre os produtos listados estão café, soja, milho, óleo de palma, carne bovina, madeira, borracha e outros bens derivados destes.

Meses antes de chegar a um acordo sobre a nova regra, a Comissão Europeia recebeu uma carta assinada por países emergentes, liderados pelo Brasil, em resposta à adoção de critérios para importação de bens agrícolas, sob alegação de preocupações ambientais. Na carta, a aliança formada criticou o caráter discriminatório das medidas propostas no Parlamento Europeu e o fato de ela ser uma decisão unilateral, prejudicando produtores desses países em desenvolvimento (CHADE, 2022a).

Entretanto, em setembro, a UE aprovou uma resolução que estabelece um regime de sanções comerciais contra o Brasil devido ao desmatamento em curso no país, demonstrando o “fracasso da diplomacia de Bolsonaro, tanto no que se refere aos temas ambientais como no que toca à capacidade do governo de negociar os interesses comerciais brasileiros no exterior” (CHADE, 2022b).

Estados membros do bloco já haviam sinalizado, em momentos anteriores, preocupações com o rumo da política ambiental brasileira sob a gestão do governo Bolsonaro. A Alemanha e a França são exemplos de países que se posicionaram a favor da proteção da Amazônia. A França passou por uma relação conturbada com o Brasil, dentre os episódios

---

<sup>12</sup> A *Carbon Brief* é um portal de notícias especializado em notícias científicas acerca do clima. O site conta com entrevistas com cientistas, gráficos, análises e *factchecks*. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/about-us/>. Acesso em 10 de jun. de 2023.

destacados, estão os tweets do presidente francês, Emmanuel Macron (2017-), sobre as queimadas na Amazônia e a convocação na Cúpula do G7, em agosto de 2019. Logo em seguida, o Presidente brasileiro respondeu que a foto do *tweet* de Macron era falsa, acusando-o de sensacionalismo e por “instrumentalizar uma questão interna do país” com fins políticos e pessoais (CIPRIANI, 2019).

Em 2021, Macron, na cúpula da *One Planet Summit*, pediu para que a Europa não continue comprando soja vinda do Brasil, pois, em suas palavras, “continuar a depender da soja brasileira seria endossar o desmatamento da Amazônia” (REDE BRASIL ATUAL, 2021). Em janeiro do ano seguinte, em seu discurso no Parlamento Europeu, o Presidente francês criticou o Mercosul em referência ao desrespeito do Brasil ao Acordo de Paris, e sustentou que a União Europeia não deve assinar acordos com países que não respeitem o tratado sobre mudanças climáticas (CARTA CAPITAL, 2022c).

Apesar das tentativas da ex-chanceler da Alemanha, Angela Merkel (2005-2021), de manter uma boa relação com o Brasil, a pauta ambiental trouxe desconfiças entre os países, em meio a retomada das discussões do Acordo de Associação Mercosul-UE e a indiferença de Bolsonaro e ministros em discussões bilaterais com Macron e o ex-ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Heiko Maas, acerca do Acordo de Paris (CASARÕES; FLEMES, 2019).

Além disso, em 2019, o conflito sobre o Fundo Amazônia foi central para relação do Brasil com a Alemanha, fazendo com que este e a Noruega, financiadores do fundo de proteção ambiental da Amazônia desde 2008, suspendessem o pagamento devido a alterações promovidas por Ricardo Salles, ex-ministro da pasta ambiental do governo Bolsonaro, como a extinção dos comitês responsáveis pela gestão dos recursos e a paralisação mais de 3 bilhões de reais do Fundo Amazônia (DW, 2019). Em resposta à suspensão do financiamento, Bolsonaro acusou a Alemanha de estar comprando a Amazônia “a prestações”, pedindo para que Merkel usasse o dinheiro para “reflorestar a Alemanha” (NEGRÃO, 2019).

## 5. ANÁLISE

Segundo Tetlock e McGuire (2002, p. 489 *apud* JESUS, 2014, p. 89), “a política externa não se refere ao mundo externo *per se*, mas à imagem simplificada do mundo externo construído nas mentes daqueles que elaboram decisões políticas, em um contexto de suas ideias e representações subjetivas da realidade”. De acordo com Hudson (2014, p. 55), a definição para crenças, na literatura psicológica, é apontada como atribuições, isto é, as crenças sobre

causalidade no mundo. Logo, as crenças têm o papel de explicar o porquê de algo ter ocorrido e o que causa determinados acontecimentos, a fim do indivíduo entender o mundo. Parafraseando Robert Jervis, Laura Neack (2018, p. 38) exemplifica de maneira didática o que seria um conjunto de crenças:

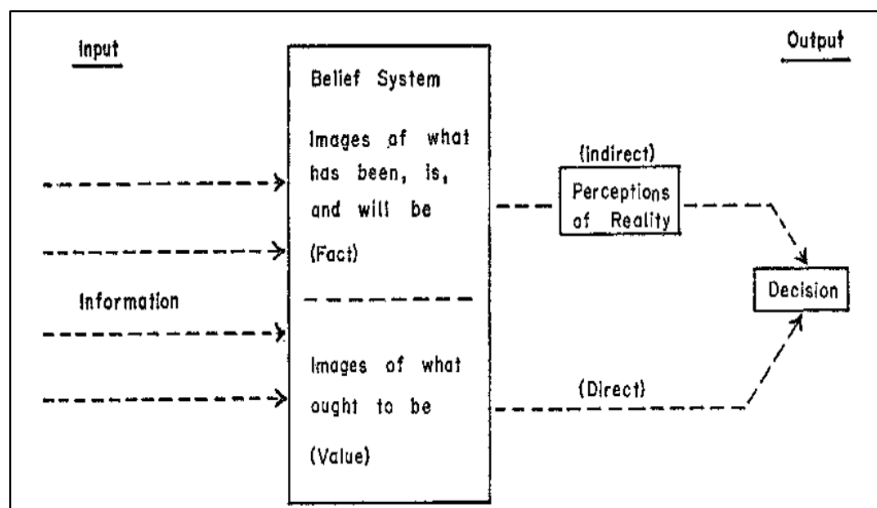
(...) we might say that I have a logical structure to my beliefs that makes it difficult for me to understand why you look at the same world I do and draw very different conclusions about it. Indeed, I may not even be able to comprehend that you draw different conclusions; I might assume that you see a problem in the same way I do, and—worse—I might proceed to make decisions based on that mistaken assumption.

Ou seja, com base na exemplificação da autora, infere-se que cada indivíduo possui seu sistema de crenças que pode diferir integralmente, parcialmente ou ser similar ao de outros, levando-os a enxergar situações de modos diferentes ou iguais.

Além disso, Jerel Rosati (1993, p. 50), explica que, por meio da abordagem cognitiva, os indivíduos tendem a ter uma mente fechada devido às suas crenças e à maneira como processam as informações, podendo resistir à adaptação de mudanças no ambiente. Já a percepção é tida como entradas sensoriais, ou seja, as informações abstraídas do contato dos nossos sentidos com o mundo ao nosso redor. Quando captadas, são filtradas pela mente, decidindo quais entradas sensoriais serão processadas com mais detalhes, isto é, a cognição; e os filtros utilizados são resultados de experiências amplas de cada indivíduo (HUDSON, 2014, P. 42-43).

Ole Holsti (1967) afirma que o conjunto de crenças tem a função de definir metas e ordenar as preferências do indivíduo, organizando as percepções e, conseqüentemente, nas atitudes a serem adotadas.

**FIGURA 3** - A relação entre conjunto de crenças e o processo decisório



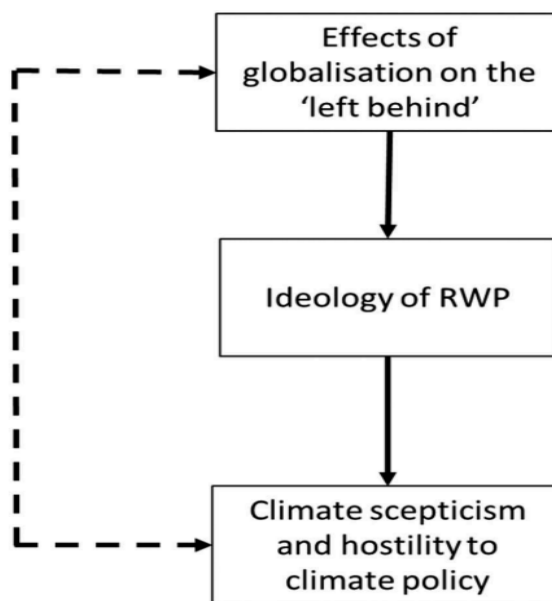
Fonte: Holsti (1962, p. 245)

O cientista político estudou o caso do ex-secretário de Estado dos Estados Unidos John Dulles (1953-1959) e sua atuação durante a Guerra Fria. Holsti constatou que a visão do secretário de Estado do governo Eisenhower (1953-1961) tinha a União Soviética como inimiga devido ao sistema de crenças que Dulles tinha, baseando nas crenças religiosas e políticas: “Dulles’ image of the Soviet Union was built on the trinity of atheism, totalitarianism, and communism, capped by a deep belief that no enduring social order could be erected upon such foundations.” (HOLSTI, 1962).

Por exemplo, durante uma entrevista, o secretário de Estado foi questionado acerca do plano soviético de redução no número de soldados do exército e alegou que o motivo seria econômico, e não uma mudança na política externa dos soviéticos. Assim, Dulles perpetuou a percepção hostil em relação à outra potência, não aceitando informações que fossem contrárias à sua visão e reinterpretando as informações de modo que sustentasse a visão da “inerente má fé dos comunistas” (HOLSTI, 1962, p. 248).

Portanto, líderes criam expectativas, planejam estratégias e exigem em ações dos seus governos, de acordo com os seus julgamentos sobre o que é possível e provável segundo suas percepções e interpretações. A partir disso, os autores ressaltam que as interpretações do líder são provenientes de suas experiências, objetivos, crenças sobre o mundo e a sensibilidade em relação ao contexto internacional. Assim, as percepções guiam os governos em assuntos internacionais e os líderes definem as restrições internacionais e domésticas dos Estados (HAGAN; HERMANN, 1998).

Para a extrema-direita populista, pautas ambientais são colocadas como repertório da elite corrupta, progressista e de esquerda. Ademais, para esse espectro ideológico, assuntos ambientais são questões mínimas para a população comum, que estaria preocupada com segurança e economia, por exemplo. Desse modo, assumem uma posição antielitista, desconsiderando a importância de discutir e propor medidas de preservação ambiental e a proteção da população marginalizada pelos efeitos da globalização (SIMÕES, 2022, p. 35; LOCKWOOD, 2018). Nessa linha de pensamento, surge, na extrema-direita, o negacionismo climático, ou seja, a rejeição de que as mudanças climáticas têm causas antropogênicas e a constante suspeita das intenções da ciência, de ambientalistas e de cientistas sobre o tema. Uma das alegações feitas é o impacto de acordos climáticos que estariam prejudicando trabalhadores da indústria, que é um emissor de gases poluentes (LOCKWOOD, 2018).

**FIGURA 4** – Negacionismo climático e a direita populista

Fonte: Lockwood (2018)

Como escreveu Robert Jervis (1978, p. 28 *apud* FERREIRA, 2020, p. 141), “frequentemente é impossível explicar decisões cruciais e políticas sem fazer referência às crenças dos agentes decisórios sobre o mundo e sua imagem dos outros”. Com a mudança de orientação internacional da política externa brasileira durante o governo Bolsonaro, percebe-se, que as suas crenças, orientadas pelo espectro ideológico de extrema-direita, se tornaram filtros para interpretar cenários e informações da política externa para o meio ambiente. Diante disso, o governo Bolsonaro ficou caracterizado pelo abandono da cooperação sul-sul, distanciamento dos governos de centro-esquerda/esquerda da América Latina, alinhamento com governos de mesma orientação ideológica, especialmente para sua subserviência ao Estados Unidos durante o governo de Trump (2017-2020) (FERREIRA, 2020, p. 62).

Com suas crenças guiadas pelo espectro da extrema-direita, Bolsonaro enxerga o mundo dividido em dicotomias, característica da extrema-direita populista. O quadro 3, abaixo, exemplifica as crenças do ex-Presidente Bolsonaro.

**QUADRO 3-** “Nós” e “eles” segundo a visão de Bolsonaro.

<b>NÓS</b>	<b>ELES</b>
Direita conservadora e elite empresarial	Comunismo (partidos e líderes de esquerda)
Branca, cristã, heterossexual, cultura patriarcal	Minorias (LGBTQIAP+, não brancos, não cristãos, imigrantes)
Propriedade rural, agronegócio	Preservação ambiental, mudanças climáticas, ONG, ativistas ambientais, governos estrangeiros.

Fonte: Elaboração própria com base em Simões (2022) e Hoffmann (2022)

Em termos ambientais, as crenças de Bolsonaro estiveram presentes em seus posicionamentos e atitudes nos âmbitos doméstico e internacional; do cenário ambiental brasileiro e sua influência na agenda multilateral para a Conferência das Partes, Assembleia Geral das Nações Unidas e o Acordo Mercosul-UE.

Em relação ao quadro ministerial, por exemplo, convidou ministros que estivessem alinhados a suas crenças, como a escolha de Ricardo Salles para assumir a pasta do Meio Ambiente. Antes de ser nomeado, Salles já possuía um histórico de acusações sobre sua atuação enquanto secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, com o descumprimento de leis ambientais e manipulação dos mapas de manejo do Rio Tietê. Ademais, o ex-ministro do Meio Ambiente desconsiderava as pautas climáticas, fato refletido no descompromisso e na atuação ínfima do Brasil na COP 25 e 26, além da defesa de interesses do agronegócio (SIMÕES, p. 54).

Durante seu tempo no MMA (2019-2021), Salles corroborou para que a política ambiental do ex-Presidente fosse efetivada, com o esvaziamento dos órgãos vinculados ao seu ministério, cortes orçamentários, flexibilização de crimes ambientais, em uma política que ficou conhecida como “passar a boiada”. Com a investigação da Polícia Federal sobre a maior apreensão de madeira ilegal, Salles foi apontado como responsável por proteger madeireiros ilegais e por impedir a fiscalização do Ibama. Salles pediu exoneração do seu cargo ministerial, devido ao processo no STF, sendo elogiado por Bolsonaro pela sua atuação excepcional no MMA, antes de sua saída em 2021 (PODER 360, 2021; SOARES, 2021).

O inverso ocorreu com o ex-diretor do INPE, Ricardo Galvão, demitido cargo devido à divulgação dos crescentes dados do desmatamento da Amazônia, entrando em conflito com o posicionamento do ex-Presidente acerca da proteção ambiental e acusado por ele de estar à serviço de uma ONG internacional e de publicar dados incorretos (BARBOSA; MENEZES,

2021). Jair Bolsonaro, sobre a demissão de Galvão, disse: “Eu não peço. Certas coisas, eu mando. Por isso que sou presidente. Após as declarações dele a meu respeito, pessoais, não tinha clima para continuar mais. Não tinha clima” (BOLSONARO, 2019 s/p *apud* PUTTI, 2019, s/p).

Nos eventos das Conferências das Partes, Bolsonaro esteve ausente devido à sua impopularidade entre ativistas ambientais e políticos, ilustrado pelo Prêmio Fossil que o país recebeu pelo desrespeito da política ambiental adotada por Bolsonaro para preservação ambiental e falas hostis em relação a ativistas ambientais (CHADE, 2021b; ROTHIER, 2019). Vale lembrar que a COP 25 seria sediada no Brasil, porém Bolsonaro rejeitou devido aos altos custos. O ex-vice-Presidente, Hamilton Mourão, ao justificar a ausência do Presidente na COP 26, disse que “a maioria das pessoas com consciência ambiental são de esquerda” e que o governo brasileiro “é de direita” (SIMÕES, 2022, p. 56). Na última COP, a delegação brasileira foi ofuscada pela ausência do ex-ministro do meio ambiente, Joaquim Leite, nas mesas de discussão e pela presença do novo Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, convidado do Presidente do Egito a anfitrião da COP 27 em Sharm El Sheik. Lula, opositor de Bolsonaro na eleição de 2022, foi ovacionado por políticos e ativistas ambientais e recebido, além de ter feito o discurso da volta do Brasil no protagonismo ambiental (BIERNATH, 2022).

Do mesmo modo, nos discursos das cerimônias de abertura da AGNU, o líder brasileiro utilizou parte de seu tempo para criticar a postura “colonialista” de países estrangeiros em relação à preservação da Amazônia. Segundo ele, estes consideram o bioma como patrimônio da humanidade e teriam segundas intenções, de certa forma, apontando indiretamente para o Presidente da França, como aconteceu na primeira AGNU do mandatário brasileiro. Conforme apontam Saraiva e Silva (2019),

[o] presidente brasileiro, em discurso na Assembleia Geral da ONU, acusou Emmanuel Macron de ceder à ação de lobbies franceses contrários ao Acordo Mercosul-UE. Nesse tema, os militares não pegaram a bandeira do pragmatismo, uma vez que partilham uma visão soberanista de que a Amazônia é sempre ameaçada por interesses escusos de potências estrangeiras (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 129-130)

Ademais, Bolsonaro utilizou dados inverídicos sobre a preservação da Amazônia, desde a cobertura de vegetação nativa até sobre aumentos nos recursos destinados à preservação ambiental. Atacou continuamente ativistas, governos estrangeiros, imprensa, instituições internacionais e ONG de estarem contra o seu governo e de prejudicar a imagem do Brasil com dados que estariam incorretos sobre a conduta do governo em relação ao combate ao desmatamento da Amazônia (ONU NEWS, 2020; EL PAÍS, 2019). Utilizou da imagem da Amazônia para reproduzir um discurso soberanista de extrema-direita, no qual a natureza



exerce um papel estético e “relacionando o significado da “pátria” como cenário para reprodução do “povo” com certos elementos da paisagem natural” (SIMÕES, 2022, p. 40; LOCKWOOD, 2018).

O Acordo Mercosul-UE também foi alvo de ataques do ex-Presidente brasileiro, vendo a Alemanha e a França como inimigas, criticando em ocasiões Merkel e Macron sobre o descontentamento destes em relação ao rumo da preservação da floresta amazônica (EL PAÍS, 2019; ESTADO DE MINAS 2019). As relações entre o Brasil e a União Europeia ficaram estremecidas, pela percepção de Bolsonaro em relação à França e à Alemanha, sempre desconfiando das intenções de ambos, alimentado a imagem de inimigo semelhante ao caso Dulles e União Soviética. Segundo Casarões e Farias (2021),

[h]e was openly and unapologetically against recognizing the validity of any kind of foreign concern over the rainforest. To his administration, climate change was a hoax which belonged to an elaborate globalist conspiracy that used the environmental pretext to steal Amazon's rich natural resources (CASARÕES; FARIAS, 2021, p. 68)

Com a falta de diálogo e colaboração de Bolsonaro, a União Europeia aprovou, em 2022, a resolução que proibia a compra de determinadas *commodities* de países, cuja cadeia produtiva estivesse prejudicando os direitos dos povos indígenas e à preservação ambiental. (DW, 2022). Diante da decisão do Parlamento Europeu, o ex-Presidente brasileiro juntou outros países prejudicados pela decisão, enviando uma carta criticando o caráter discriminatório da regra (CHADE, 2022a), o que apenas demonstrou o fracasso da sua diplomacia em preservação do meio ambiente e na capacidade de negociar os interesses comerciais do Brasil, visto que o bloco europeu aprovou o regime de sanções comerciais ao Brasil (CHADE, 2022b). Como explica Casarões e Farias (2021),

the more intransigent the administration became regarding environmental policies and foreign interference in the rain forest, the more it fueled international concerns over the Amazon, making Brazilians and the international community ever more reactive, and so on (CASARÕES, FARIAS, 2021, p. 69)

O conjunto de crenças de Bolsonaro, orientados pela extrema-direita populista, influenciou suas percepções acerca do desmatamento da Amazônia, deslegitimando dados científicos e demitindo/exonerando funcionários que o contrariassem. A Amazônia teve, em seu repertório discursivo, o papel de reproduzir o soberanismo de extrema-direita populista, atrelando a UE, ativistas, instituições internacionais, a imprensa e demais governos à imagem de inimigo, similar ao caso Dulles e União Soviética. Essas situações se devem a um dos traços da ideologia em que há descrença em relação às mudanças climáticas e aversão a demais pautas ambientais por serem parte dum projeto do globalismo e das elites políticas progressistas e de

esquerdas, como fez durante discursos na AGNU, atacando a imprensa, ativistas, ONG, insinuações em relação a outros governos, como a preocupação dos europeus acerca do rumo da preservação da Floresta Amazônica (HOFFMANN, 2022; SIMÕES, 2022, p. 35; EL PAÍS, 2019). Outrossim, colocou-os em uma posição de estarem, em conjunto, em uma conspiração globalista a todo tempo querendo prejudicar o Brasil e o seu governo, em um contexto de batalha entre “nós” – mocinhos – e “eles” – vilões. (CASARÕES; FARIAS, 2021; FORCHTENER, 2019).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) causou uma mudança na orientação da política externa brasileira, que passou a ser norteada por crenças e percepções da extrema-direita. Um dos temas afetados pela mudança de governo foi o meio ambiente, especialmente a preservação da Amazônia. O bioma enfrentou uma série de obstáculos com o desmantelamento dos principais órgãos responsáveis pela fiscalização, monitoramento e combate ao desmatamento, ao garimpo e à extração de madeira ilegais.

No âmbito internacional, Bolsonaro demonstrou desinteresse em espaços multilaterais ao rejeitar a receber o evento da Conferência das Partes (COP) no Brasil e a sua não ida aos eventos que ocorreram durante seu mandato presidencial. Assim aconteceu similarmente com os discursos de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que foi usado durante os quatro anos para disseminar dados e informações improcedentes a respeito da gestão ambiental tomada pelo Brasil, além de frequentemente atacar organizações não governamentais (ONG), a imprensa, ativistas ambientais e países estrangeiros pelas críticas à escalada alarmante do desmatamento da floresta amazônica.

As relações entre o Brasil e a União Europeia (UE) foram palco de tensões devido à paralisação do Acordo Mercosul e União Europeia diante do rumo que o país mercosulino seguiu em termos de preservação ambiental. A França e a Alemanha, sob liderança do Presidente Emmanuel Macron (2017-) e a ex- Chanceler Angela Merkel, respectivamente. Bolsonaro proferiu ataques aos europeus pela preocupação ambiental e se apropriou de um discurso anticolonial para criticar a França, em razão da sua indisposição pessoal com Macron.

Os posicionamentos e ações tomadas por Bolsonaro podem ser explicadas por meio da abordagem cognitiva de Análise de Política Externa (APE), que no Brasil, de acordo com o professor Marcos Alan Ferreira (2020, p. 137), ainda há poucos materiais, sendo encontrados em alguns estudos de pós-graduação e trabalhos da professora Mônica Herz (1994). A ideologia

adotada pelo político brasileiro teve influência na sua percepção sobre a pauta ambiental, tida como progressista e pertencente a uma elite política marxista e disseminadora de ideias pós-modernistas, colocando em xeque a civilização ocidental.

Assim, desprezou a situação da Amazônia de forma explícita em espaços multilaterais, disseminando uma percepção distorcida da agenda ambiental do Brasil e uma narrativa de nós contra eles, próprio da extrema-direita; criou indisposição com o bloco da UE, o maior investidor do Mercosul, levando à paralisação do acordo comercial após vinte anos de diálogos, acusando-os de ferir a soberania brasileira na questão amazônica e colocando-os como vilões com segundas intenções contra ele - o mocinho, mesmo com as sanções do bloco de importação de commodities brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ALERTAS de desmatamento na Amazônia batem recorde em 2022. **DW**, 6 de jan. de 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alertas-de-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia-bat-em-recorde-em-2022/a-64311286>. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

AMARAL, Ana Carolina. Ausente das negociações, ministro Joaquim Leite pratica mergulho durante COP27. **Folha de S. Paulo**, 18 de nov. de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/ausente-das-negociacoes-ministro-joaquim-leite-pratica-mergulho-o-durante-cop27.shtml>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

AMAZÔNIA, desmatamento e queimadas: um novo desastre em 2020. **WWF- Brasil**, 2020. Disponível em: [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/amazonia1/amazonia\\_desmatamento\\_e\\_queimadas\\_\\_uma\\_nova\\_tragedia\\_em\\_2020/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/amazonia_desmatamento_e_queimadas__uma_nova_tragedia_em_2020/). Acesso em: 19 de mar. de 2023.

AMAZÔNIA perdeu 31 mil km<sup>2</sup> sob Bolsonaro, aponta Inpe. **DW**, 12 de ago. de 2022c. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/amaz%C3%B4nia-perdeu-31-mil-km-sob-bolsonaro-aponta-inpe/a-62794898>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

BARBOSA, Ricardo; MENEZES, Roberto Goulart. Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, v. 15, n. 2, p. 229–247, ISSN: 1865-2646. DOI: 10.1007/s12286-021-00491-8, 2021.

BETIM, Felipe; MARREIRO, Flávia. O discurso de Bolsonaro na ONU, analisado e confrontado com dados. **El País**, 24 de set. de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250\\_255091.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250_255091.html). Acesso em: 19 de mar. de 2023.

BIERNATH, André. 'O Brasil está de volta': como foi primeiro discurso de Lula na COP27. BBC, 16 de nov. de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63648093>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.

BOLSONARO, Jair Messias. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU. **Planalto**, 21 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

BOLSONARO, Jair Messias. Leia a íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU. **UOL**, 20 de set. de 2022b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultima-s-noticias/2022/09/20/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-onu.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

BOLSONARO, Jair Messias. O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo. **TSE**, 2018. Disponível em: [http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta\\_1534284632231.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf). Acesso em: 05 de nov. de 2022.

BOLSONARO, Jair Messias. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, 24 de set. de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

BOLSONARO, Jair Messias, Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, 22 de set. de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

BRAGANÇA, Daniele. Bolsonaro defenda a fusão dos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente. **Oeco**, 15 de mar. de 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/bolsonaro-defende-a-fusao-dos-ministerios-da-agricultura-e-meio-ambiente/>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9806-28-maio-2019-788214-norma-pe.html>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020c. Dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 de fev. de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10239.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10239.htm). Acesso em: 15 de nov. de 2022.

BRASIL, Deilton Ribeiro; OLIVEIRA, L.A.T.C. de. A Consolidação da Política Ambiental pelo Direito Integrativo na Estrutura dos Tratados Conformativos da União Europeia. *In*. BRITO, Paulo de (Coord.). **Estudios de Derecho Iberoamericano: Volumen III**. 1 ed. Porto: Universidade Lusófona do Porto, p. 77-85, ISBN 9788409136780, 2019.

BRASIL. Ibama. **Sobre o Ibama**. [Brasília]: Ibama, 12 de jan. de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama#atribuicoes>. Acesso em: 05 de nov. de 2022.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **O instituto**. [Brasília]: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 4 de set. de 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-instituto>. Acesso em 10 de nov. de 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Institucional**. [Brasília]: Ministério do Meio Ambiente, 29 de out. de 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/institucional> . Acesso em: 09 de nov. de 2022.

BRASIL perdeu 10% do território em vegetação nativa entre 1985 e 2019. **IPAM**, 31 de ago. de 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/brasil-perdeu-area-de-vegetacao-nativa-equivalente-a-10-do-territorio-nacional-entre-1985-e-2019/#:~:text=Apesar%20de%20o%20pa%C3%AAs%20contar,significa%20que%20s%C3%A3o%20%C3%A1reas%20preservadas> . Acesso em: 19 de mar. de 2023.

BRASIL perdeu 13% da vegetação nativa nos últimos 37 anos. **DW**, 26 de ago. de 2022b. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-perdeu-13-da-vegeta%C3%A7%C3%A3o-nativa-somente-nos-%C3%BAltimos-37-anos/a-62937040> . Acesso em: 21 de mar. de 2023.

BRESSAN, Regiane Nitsch; SALGADO, Vitória Totti. O Acordo De Associação Mercosul-União Europeia E A Política Externa Brasileira. **Revista Neiba**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/50950>.

BRIDJE, Instituto. Conselho da Amazônia e Força Nacional Ambiental: entenda. **Politize**, 05 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conselho-da-amazonia-e-forca-nacional-ambiental/>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

CASARÕES, Guilherme. Coluna Aberta: Discurso de abertura da AGNU, com Guilherme Casarões, 27 de set. de 2022. **Xadrez Verbal Podcast**: #310 – Irã e 77ª Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <https://www.central3.com.br/xadrez-verbal-310-77a-assembleia-geral-da-onu/> . Acesso em: 21 de mar. de 2023.

CASARÕES, Guilherme; FARIAS, Déborah B. Leal. Amazon and the international order: from promise to peril. *Journal of International Affairs*, v. 75, n. 1, insecurities: the 75<sup>th</sup> anniversary issue · 1947-2022, p. 55-74, outono/inverno de 2022.

CASARÕES, Guilherme; FLEMES, Daniel. Brazil First, Climate Last: Bolsonaro's Foreign Policy. **GIGA Focus Latin America**, v. 5, p. 1–13, 2019.

CHADE, Jamil. Brasil costura aliança de emergentes para derrubar barreira ambiental da UE. **UOL**, 2022a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/22/brasil-costura-alianca-de-emergentes-para-derrubar-barreira-ambiental-da-ue.htm> . Acesso em: 8 de fev. de 2023.

CHADE, Jamil. Em derrota do Brasil, Europa dá sinal verde para sanções ambientais. **UOL**, 13 de set. de 2022b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/09/13/em-derrota-diplomatica-para-o-brasil-europa-aprova-sancoes-ambientais.htm>. Acesso em: 24 de jan. de 2023.

CHADE, Jamil; SOBRINHO, Wanderley Preite. Isolado na COP26, ministro do Meio Ambiente discretamente "passa a boiada. **UOL**, 13 de nov. de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/11/13/joaquim-leite-ministro-do-meio-ambiente-cop26.htm>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

CHADE, Jamil. "Onde existe muita floresta existe muita pobreza", diz Leite na COP26. **UOL**, 10 de nov. de 2021a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/11/10/onde-existe-muita-floresta-existe-muita-pobreza-diz-leite-na-cop26.htm>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

CHADE, Jamil. Pior delegação na COP26, Bolsonaro vence "prêmio" de "fóssil da semana". **UOL**, 06 de nov. de 2021b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/11/06/na-cop26-bolsonaro-ganha-premio-de-fossil-da-semana.htm>. Acesso em: 06 de dez. de 2022.

CIPRIANI, Juliana. Bolsonaro e Macron: entenda como começou a crise entre os presidentes. **Estado de Minas**, 26 de ago. de 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/26/interna\\_politica,1080030/bolsonaro-e-macron-como-comecou-a-crise-entre-os-dois-presidentes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/26/interna_politica,1080030/bolsonaro-e-macron-como-comecou-a-crise-entre-os-dois-presidentes.shtml). Acesso em: 12 de fev. de 2023.

COMEÇA a COP 25, conferência do clima da ONU em Madri; entenda o que está em jogo. **G1**, 02 de dez. de 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/02/comeca-a-cop-25-conferencia-do-clima-da-onu-em-madri.ghtml>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

COP. **Agência Senado**, [2015]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/cop>. Acesso em 12 de dez. de 2022.

COP-25: Brasil tenta bloquear acordo, mas discussões terminam em compromisso por metas mais rigorosas. **BBC**, 15 de dez. de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800984>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

COP 25: Salles se compromete a combater mudanças climáticas e entidades alertam para 'retrocessos'. **G1**, 10 de dez. de 2019c. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/10/cop-25-salles-se-compromete-a-combater-mudancas-climaticas-e-entidades-alerta-m-para-retrocessos.ghtml>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

COP26: Quais as grandes metas da ONU para limitar as mudanças climáticas? **BBC**, 09 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58123329>. Acesso em 09 de dez. de 2022.

DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu. Colunista analisa discurso de Bolsonaro na ONU: para Pedro Dallari, fala foi na contramão da tradição diplomática brasileira mas, apesar do tom belicoso, não terá poder de alterar quadro que se consolidou ao longo de décadas. [Entrevista a Marcelo Rollemberg]. Globalização e Cidadania. São Paulo, SP: **Rádio USP** (93,7 MHz).

Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/10/GLOBALIZACAO-E-CIDANIA-02-10-2019-PEDRO-DALLARI-1.mp3>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

DALL'AGNOL, Laís. Processo que levou Salles à Justiça por improbidade é engavetado em SP. **Veja**, 12 de ago. de 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/processo-que-levou-salles-a-justica-por-improbidade-e-engavetado-em-sp/>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

DESMATAMENTO na Amazônia cresce 29% em 2021 e é o maior dos últimos 10 anos. **Imazon**, 17 de jan. de 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-29-em-2021-e-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/> . Acesso em: 21 de mar. de 2023.

DEUTSCH, Sierra. Populist authoritarian neoliberalism in Brazil: making sense of Bolsonaro's anti-environment agenda. **Journal of Political Ecology**, v. 28, n. 1, 2021. Disponível em: <https://journals.librarypublishing.arizona.edu/jpe/article/id/2994/>.

DISCURSO de Bolsonaro na ONU apresenta incoerências refutadas por especialistas. **Jornal da USP no Ar**, 23 de set. de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/discorso-d-e-bolsonaro-na-onu-apresenta-incoerencias-refutadas-por-especialistas/> . Acesso em: 19 de mar. de 2023.

EM discurso para COP26, Bolsonaro diz que Brasil é parte da solução climática. **CNN**, 01 de nov. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-discurso-para-cop26-bolsonaro-diz-que-brasil-e-parte-da-solucao-climatica/>. Acesso em: 06 de dez. de 2022.

EM discurso na ONU, Bolsonaro escancara programa de ultradireita e anti-indígena. **El País**, 24 de set. de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569323723\\_562966.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569323723_562966.html). Acesso em: 19 de mar. de 2023.

EM discurso na ONU, Jair Bolsonaro pede combate à "cristofobia". **ONU News**, 22 de set. de 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727002> . Acesso em: 19 de mar. de 2023.

ESCOBAR, Herton. Desmatamento da Amazônia dispara de novo em 2020. **Jornal da USP**, 07 de ago. de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/> . Acesso em: 19 de mar. de 2023.

ESTADO, Agência. Após promessa de dobrar recursos, governo corta orçamento do Meio Ambiente. **Correio Braziliense**, 21 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/04/4919825-apos-promessa-de-dobrar-recursos-governo-corta-orcamento-do-meio-ambiente.html>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

EX-MINISTROS do Meio Ambiente divulgam carta em defesa da democracia e da sustentabilidade. **Estadão**, 18 de jun. de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ex-ministros-do-meio-ambiente-divulgam-carta-em-defesa-da-democracia-e-da-sustentabilidade,70003336989>. Acesso em 05 de dez. de 2022.

EXTRAÇÃO ilegal de madeira em territórios indígenas aumentou 11 vezes no Pará. **Carta Capital**, 21 de set. de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/>

extracao-ilegal-de-madeira-em-territorios-indigenas-aumentou-11-vezes-no-para/. Acesso em: 13 de mar. de 2023.

EX-vice-presidente dos EUA: 'Brasil escolheu parar de destruir Amazônia'. **UOL**, 07 de nov. de 2022a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/11/07/al-gore-amazonia-brasil-cop-27.htm>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

FELIX, Thiago Ruas Guimarães. **Narrativas no Brasil de Bolsonaro: notas sobre o papel da informação científica na produção de políticas ambientais**. Orientador: Mauro Guilherme Maidana Capelari. 2021. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/30307>.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Análise de Política Externa em Perspectiva: atores, instituições e novos temas**. 1. ed. João Pessoa: UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/647/770/6365-1?inline=1>.

FOOD systems account for over one-third of global greenhouse gas emissions. **United Nations**, 09 de mar. de 2021. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/03/1086822#:~:text=Roughly%20two%2Dthirds%20of%20food,other%20%E2%80%9Cdownstream%20activities%E2%80%9D%20increase>. Acesso em 8 de fev. de 2023.

FORCHTNER, Bernhard. Climate change and the far right. **WIREs Climate Change**, v. 10, n. 5, ISSN: 1757-7780. DOI: 10.1002/wcc.604, 2019.

FROM Farm to Fork. **European Parliament**, 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/from-farm-to-fork/>. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

GONÇALVES, F. N.; PINHEIRO, L. **Análise de política externa: o que estudar e por quê?** 1. ed. InterSaberes, 2020.

HAGAN, Joe; Margaret, HERMANN. International decision-making: leadership matters. *Foreign Policy*, n. 110, p. 124-137, primavera de 1998.

HERZ, Monica. Análise Cognitiva e Política Externa. **Contexto Internacional**, vol. 16, n. 1, 1994. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/80045b40fddeb3e5787d382b48f3bece/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339>.

HOFFMANN, Fábio. A extrema direita no poder: Bolsonaro e o bolsonarismo. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 12, ed. 1, p. 4-20, 2 abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/3161>.

HOLSTI, Ole. The belief system and national images: a case study. *Conflict Resolution*, v. 6, n. 3, p. 244-252, set. de 1962.

HUDSON, Valerie. **Foreign Policy Analysis: classic and contemporary theory**. 2 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.



JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Tradução: Bárbara Duarte. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, ISBN 978-85-378-1066-8, 2013.

JESUS, Diego Vieira Santos De. A essência de uma subárea: os 60 anos da Análise de Política Externa. Estudos Internacionais. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 81–100, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6827>.

JÚNIOR, Alberto do Amaral. COP-25 foi decepcionante [Entrevista a Sandra Capomaccio]. Um olhar sobre o mundo. São Paulo: **Rádio USP** (93,7 MHz). Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/12/UM-OLHAR-SOBRE-O-MUNDO-17-12-19.mp3>. Acesso em: 09 dez. 2022.

KURRER, Christian; LIPCANEANU, Nicoleta. Política ambiental: princípios gerais e quadro de base. **Parlamento Europeu**, 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/71/politica-ambiental-principios-gerais-e-quadro-de-base#:~:text=A%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20europeia%20baseia,os%20dom%C3%ADnios%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental>. Acesso em: 12 de fev. de 2023.

LADWIG, Nilzo Ivo *et al.* Conflito Socioambiental Amazônico: governo federal brasileiro versus Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 4, n. 42, p. 62-82, dez. de 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7754>.

LEITE, Joaquim. "Somos parte da solução", diz ministro em discurso na Conferência do Clima. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, 15 de nov. de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/somos-parte-da-solucao-diz-ministro-em-discurso-na-conferencia-do-clima>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

LIMA, Samuel *et al.* Bolsonaro mente e exagera em discurso na Assembleia-Geral da ONU. **Estadão**, 21 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/bolsonaro-assembleia-geral-onu-2021/>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

LIMA, Samuel; PACHECO, Larissa; PRATA, Pedro. Na ONU, Bolsonaro repete dados enganosos sobre Petrobras, meio ambiente e economia. **Estadão**, 20 de set. de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/discurso-jair-bolsonaro-onu-2022/>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

LOCKWOOD, Matthew. Right-wing populism and the climate change agenda: exploring the linkages. **Environmental Politics**, v. 27, n. 4, p. 712–732, ISSN: 0964-4016. DOI: 10.1080/09644016.2018.1458411, 2018.

LULA aceita convite e comparecerá à COP27, da ONU, antes da posse. **Carta Capital**, 01 de nov. de 2022b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-aceita-convite-e-comparecera-a-cop-27-da-onu-antes-da-posse/>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

MAES, Jéssica. Joaquim Leite deixa a COP27 antes do fim das negociações. **Estado de Minas**, 19 de nov. de 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/19/i>

nterna\_politica,1423053/joaquim-leite-deixa-a-cop27-antes-do-fim-das-negociacoes.shtml. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

MACRON alfineta Brasil e diz que UE não assinará tratados com quem desrespeitar Acordo do Clima. **Carta Capital**, 19 de jan. de 2022c. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/macron-alfineta-brasil-e-diz-que-ue-nao-assinara-tratados-com-quem-desr-espeitar-acordo-do-clima/> . Acesso em: 15 de fev. de 2023.

MACRON: depender da soja brasileira é endossar o desmatamento. **Rede Brasil Atual**, 12 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/macron-depender-da-soja-brasileira-e-endossar-o-desmatamento/> . Acesso em: 12 de fev. de 2023.

MADEIRO, Carlos. Amazônia fecha 2019 com 89 mil focos de queimadas, 30% a mais que 2018. **UOL**, 08 de jan. de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/01/08/amazonia-fecha-2019-com-89-mil-focos-de-queimadas-30-a-mais-que-2018.htm>. Acesso em: 14 de mar. de 2023.

MEIRELES, Taís. Acordo de Paris completa cinco anos com lições aprendidas. **WWF**, 12 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?77471/Acordo-de-Paris-completa-cinco-anos-com-lições-aprendidas>. Acesso em: 12 de dez. de 2022.

MINISTRO quer contratar empresa privada para monitorar o desmatamento na Amazônia. **G1**, 3 de jun. de 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/06/03/ministro-quer-contratar-empresa-privada-para-monitorar-o-desmatamento-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

MIQUELIN, Beatriz Momente. **O Plano de Recuperação Econômica da União Europeia sob a ótica do desenvolvimento sustentável**, [2021]. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6610909/mod\\_resource/content/1/Artigo%20Final%20-%20Beatriz%20M%20Miquelin.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6610909/mod_resource/content/1/Artigo%20Final%20-%20Beatriz%20M%20Miquelin.pdf). Acesso em: 18 de mar. de 2023.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente impõe lei da mordaca a Ibama e ICMBio. **Estadão**, 13 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ministerio-do-meio-ambiente-impoe-lei-da-mordaca-a-ibama-e-icmbio/>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml> . Acesso em: 19 de mar. de 2023.

MUDDE, Cas. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, ISBN-13: 978-1-5095-3683-2, 2019.

NA COP27, Leite critica jatos e redução de emissões “forçada”. **Poder 360**, 15 de nov. de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/meio-ambiente/na-cop27-leite-critica-jatos-e-reducao-de-emissoes-forcada/>. Acesso em 05 de jan. de 2023.

NARCIZO, M. C . Jair Bolsonaro no universo da extrema direita. **Revista Caliandra**, Goiânia, v. 1, n. Especial, p. 51-67, 2021. Disponível em: <https://anpuhgoias.com.br/revista/index.php/caliandra/article/view/6>.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; PEREIRA, Danilo Adler. A constituição da imagem e as estratégias de legitimação política no discurso de Jair Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 41, p. 243-260, set-dez 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/21498>.

NEACK, Laura. **Studying Foreign Policy Comparatively: cases and analysis**. 4 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018. Disponível em: [https://www.defence.lk/upload/ebooks/\(New%20millennium%20books%20in%20international%20studies.\)%20Neack,%20Laura%20-%20Studying%20foreign%20policy%20comparatively%20\\_%20cases%20and%20analysis-Rowman%20&%20Littlefield%20\(2019\).pdf](https://www.defence.lk/upload/ebooks/(New%20millennium%20books%20in%20international%20studies.)%20Neack,%20Laura%20-%20Studying%20foreign%20policy%20comparatively%20_%20cases%20and%20analysis-Rowman%20&%20Littlefield%20(2019).pdf).

NEGRÃO, Heloísa. Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia. **El País**, 15 de ago. de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219\\_277747.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html). Acesso em: 12 de fev. de 2023.

NORUEGA suspende repasses para o Fundo Amazônia. **DW**, 15 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/noruega-suspende-repasses-para-o-fundo-amaz%C3%B4nia/a-50044809>. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

ONGs pedem que UE barre produtos vinculados a desmatamento. **DW**, 15 de mar. de 2022a. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ongs-pedem-que-ue-barre-produtos-vinculados-a-desmatamento/a-61132106>. Acesso em 12 de fev. de 2023.

O que é o CONAMA. **Oeco**, 27 de jan. de 2014. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27961-o-que-e-o-conama/>. Acesso em: 06 de nov. de 2022.

OSAKABE, Marcelo; TURTELLI, Camila. Frente Parlamentar Agropecuária declara voto em Jair Bolsonaro nas eleições 2018. **Estadão**, 2 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/frente-parlamentar-agropecuaria-declara-voto-em-jair-bolsonaro-nas-eleicoes-2018/>. Acesso em: 06 de nov. de 2022.

PASSARINHO, Nathalia. Brasil é 4º no mundo em ranking de emissão de gases poluentes desde 1850. **BBC**, 27 de out. de 2021b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59065359>. Acesso em: 24 de jan. de 2023.

PASSARINHO, Nathalia. COP26: 3 gráficos que mostram governo Bolsonaro na contramão de novas metas climáticas. **BBC**, 03 de nov. de 2021a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59138347>. Acesso em: 06 de dez. de 2022.

PEIXOTO, Roberto. Amazônia: 2022 já tem pior marca da série histórica de alertas de desmate do Inpe. **G1**, 28 de out. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/10/28/amazonia-2022-ja-tem-pior-marca-da-serie-historica-de-alertas-de-desmate-do-inpe.ghtml>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

PRAZERES, Leandro. Governo exonera chefes de fiscalização do Ibama após operações contra garimpeiros. **O Globo**, 30 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.printfriendly.com/p/g/7qGfZg>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

PRESIDENTE do Egito convida Lula para a COP27. **G1**, 01 de nov. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/11/01/presidente-do-egito-convida-lula-para-a-cop27.ghtml>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Mesmo com recomposição, orçamento do INPE para 2022 cai 32% em relação a 2020. **Oeco**, 17 de fev. de 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/mesmo-com-recomposicao-orcamento-do-inpe-para-2022-cai-32-em-relacao-a-2020/>. Acesso em: 11 de mar. de 2023.

PUTTI, Alexandre. “Não peço, eu mando”, diz Bolsonaro sobre demissão de diretor do Inpe. **Carta Capital**, 4 de ago. de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/nao-peco-eu-mando-diz-bolsonaro-sobre-demissao-de-diretor-do-inpe/>. Acesso em 11 de mar. de 2023.

“RICARDO Salles é um ministro excepcional”, diz Bolsonaro. **Poder 360**, 20 de maio 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ricardo-salles-e-um-ministro-excepcional-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 05 de jun. de 2023.

RICARDO Salles exonera 21 dos 27 superintendentes regionais do Ibama. **Folha de S. Paulo**, 28 de fev. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/02/ricardo-salles-exonera-21-dos-27-superintendentes-regionais-do-ibama.shtml>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

RELATÓRIO aponta desmonte de órgãos e grilagem na Amazônia com uso de cadastro ambiental. **Agência Senado**, 1 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/01/relatorio-aponta-desmonte-de-orgaos-e-grilagem-na-amazonia-com-dados-do-car#:~:text=Comiss%C3%B5es%20Meio%20Ambiente-,Relat%C3%B3rio%20aponta%20desmonte%20de%20%C3%B3rg%C3%A3os%20e%20grilagem,com%20uso%20de%20cadastro%20ambiental&text=At%C3%A9%20o%20fim%20de%202020,hectares%20j%C3%A1%20havam%20sido%20desmatados.> Acesso em: 02 de fev. de 2023.

ROSATI, Jerel A. A Cognitive Approach to the Study of Foreign Policy. *In* NEACK, L.; HEY, J. A. K.; HANEY, P. J (Org.). **Foreign Policy Analysis : Continuity and Change in its Second Generation**. Englewood Cliffs: Simon & Schuster, 1995. Cap. 4, p. 49-70.

ROSCOE, Beatriz. Relembre o histórico de Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente. **Poder 360**, 23 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/relembre-o-historico-de-ricardo-salles-no-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

ROTHIER, Bianca. 'Não somos vilões de nada', diz ministro Ricardo Salles na COP 25, em Madri. **G1**, 12 de dez. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/12/nao-somos-viloes-de-nada-diz-ministro-ricardo-salles-na-cop-25-em-madri.ghtml>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

SAIBA mais sobre a Assembleia Geral das Nações Unidas. **Nações Unidas**, 2020. Disponível em: <https://unric.org/pt/saiba-mais-sobre-a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

SCANTIMBURGO, A. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 103-117, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13235/8721>.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 40–59, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/SktXpnzRXjptLV53R6XvGcF/abstract/?lang=pt>.

SANTANDREU, Alba. Brasil chega à COP25 pressionado por Amazônia e falas de Bolsonaro. **Exame**, 30 de nov. de 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-chega-a-cop25-pressionado-por-amazonia-e-falas-de-bolsonaro/>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais: R:I**, Lisboa, n. 64, p. 117–137, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7518974>.

SETO, Guilherme. Bolsonaro diz que pretende acabar com ‘ativismo ambiental xiita’ se for presidente. **Folha de S. Paulo**, 9 de out. de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-diz-que-pretende-acabar-com-ativismo-ambiental-xiita-se-for-presidente.shtml>. Acesso em: 6 de nov. de 2022.

SILVA, Lucas Capelotto da. Não à fusão do ministério do meio ambiente com o ministério da agricultura. **Petição Pública**, 30 de out. de 2018. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=br108740>. Acesso em: 05 de nov. de 2022.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, p. 86, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098>.

SILVEIRA, Mariana Balau. A Cúpula de Lideranças Globais sobre o Clima e a criação do momentum político para a COP 26. **Conjuntura internacional**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 50-56, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/26163/19103>.

SIMÕES, Carolline Teixeira. **A Causa Ambiental na Extrema - Direita: do Negacionismo ao Ecofascismo Análise da Politização do Meio Ambiente pela Extrema - Direita do Brasil e da Hungria**. Orientador: Isabel Estrada Carvalhais Dissertação. 2022. 78p. (Mestrado de Ciência Política) – Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82886>.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro defende Salles: "Herança de ministério é uma penca de processos". **Correio Braziliense**, 22 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4933005-bolsonaro-defende-salles-heranca-de-ministerio-e-uma-penca-de-processos.html>. Acesso em: 05 de jun. de 2023.

THOMAS, Jennifer Ann. Entenda a relação entre grilagem e desmatamento. **Um Só Planeta**, 7 de set. de 2021. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2021/09/07/entenda-a-relacao-entre-grilagem-e-desmatamento.ghtml>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

VALENTE, Rubens. Sob Bolsonaro, multas contra desmatamento caem 23%. **Folha de S. Paulo**, 30 de jul. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/sob-bolsonaro-multas-contra-desmatamento-caem-23.shtml>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

VIEIRA, Sérgio. Acordo Mercosul-UE deve baratear produtos, mas forçar eficiência e produtividade. **Agência Senado**, 10 de set. de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/08/acordo-mercosul-ue-deve-baratear-produtos-mas-forcar-eficiencia-e-produtividade#:~:text=Os%2028%20pa%C3%ADses%20da%20UE,de%2025%25%20da%20economia%20mundial>. Acesso em: 24 de fev. de 2023.

WHAT is the general debate of the General Assembly? What is the order of speakers at the general debate?. **United Nations**, 10 de mar. de 2023. Disponível em: <https://ask.un.org/faq/154658>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.